

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

KELLY CAROLYNE CIRQUEIRA ALVES

**“MEMÓRIAS E POÉTICAS DA DOR: O MASSACRE DE ELDORADO DO
CARAJÁS”, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA NAS TERRAS DO SUL DO PARÁ –
1995 – 2010.**

ARAGUAÍNA – TO

2016

KELLY CAROLYNE CIRQUEIRA ALVES

**“MEMÓRIAS E POÉTICAS DA DOR: O MASSACRE DE ELDORADO DO
CARAJÁS”, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA NAS TERRAS DO SUL DO PARÁ –
1995 – 2010.**

Monografia apresentada ao colegiado do
Curso de História, da Universidade
Federal do Tocantins, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de
Medeiros.

ARAGUAÍNA – TO

2016

KELLY CAROLYNE CIRQUEIRA ALVES

“MEMÓRIAS E POÉTICAS DA DOR: O MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS”, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA NAS TERRAS DO SUL DO PARÁ – 1995 – 2010.

Monografia apresentada ao colegiado do Curso de História, da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros
(Orientador)

Prof. Dr^a. Olivia Macedo Cormineiro

Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior

Dedico esse trabalho a toda minha família, que me ajudou e deu força para que eu iniciasse essa nova etapa da minha vida e minha mãe que esteve ao meu lado em todo momento.

AGRADECIMENTOS

Quando leio a palavra agradecimento logo me vem a seguinte pergunta “por onde começar?”, sim são tantos nomes que de alguma forma fizeram parte de toda a minha jornada acadêmica, mas começo agradecendo a pessoa que sempre em todas as circunstâncias me apoiou. Minha mãe Dona Querlita, acho que grande parte de todo meu esforço e dedicação devo a ela que sempre me inspira e me dá força para continuar dizendo “você pode e você consegue, preciso te lembrar de quem você é filha?”.

Agradeço também uma segunda pessoa que merece ser destacada, minha irmã Adriely linda e maravilhosa (nada doce), sempre foi minha companheira, sempre me apoiou nessa jornada e sempre acreditou em mim, obrigada por ter ficado do meu lado nas madrugadas me vendo produzir, obrigada por sempre cuidar de mim e me defender, foi por você também todo o esforço.

Não posso deixar de agradecer meu orientador, o professor Euclides Antunes de Medeiros que desde o 1º período viu um potencial em mim que nem eu mesma sabia que tinha, agradeço por ter me ajudado a desenvolver a pesquisa com as suas orientações, indicando leituras de aporte teórico, orientando quanto aos procedimentos metodológicos e à condução do trabalho empírico com as fontes de pesquisa e agradeço por toda a paciência.

Queria deixar registrado também minha imensa gratidão ao programa de iniciação científica – PIBIC e todo o colegiado de História.

E por fim, agradeço a cada um dos meus amigos que de alguma forma também me incentivavam, e aqui destaco Leticia, Thainara, Samara, Mariana e Jéssica que sem dúvida serão amigas que levarei para a vida toda.

RUSUMO

Nossa proposta de pesquisa pretende investigar e historicizar o conflito que ocorreu entre as forças de segurança do Estado do Pará (polícia militar) e os trabalhadores rurais, ocorrido no dia 17 de Abril de 1996 na cidade de Eldorado do Carajás, onde, mais uma vês, no que se refere às questões sociais vinculadas aos trabalhadores rurais e sua luta pela terra, o uso da violência prevaleceu como “solução” encontrada pelo mando político de caráter oligárquico, quase um “poder paralelo” há um poder judicial frágil, acasalado com interesses privados, mantido pelo uso da força. A pesquisa realizada até o momento tem apontado para a necessidade de verticalizar a problematização das fontes no sentido de compreender os sentidos, múltiplos e diversificados, das narrativas nelas contidas. Tais sentidos se expressam por meio de desde depoimentos que narram os sofrimentos vivenciados pelos trabalhadores, narrativas poéticas, livros de memória, passando pelas narrativas das instituições que tentam lhes abrigar e proteger até as narrativas oriundas do poder judiciário.

PALAVRAS-CHAVES: Conflito, Violência, Poética

ABSTRACT

Our research proposal intends to investigate and historicise the conflict that occurred between the security forces of the State of Pará (military police) and the rural workers, occurred on April 17, 1996 in the city of Eldorado do Carajás, where, one more , With regard to social issues related to rural workers and their struggle for land, the use of violence prevailed as a "solution" found by the oligarchical political command, almost a "parallel power" there is a fragile judicial power, mated with interests Private, sustained by the use of force. The research done so far has pointed to the need to verticalize the problematization of sources in order to understand the multiple and diversified meanings of the narratives contained in them. These meanings are expressed through testimonies that narrate the sufferings experienced by the workers, poetic narratives, books of memory, through the narratives of the institutions that try to shelter them and protect even the narratives from the judiciary.

Key Words: Conflict, Violence, Poetic

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MASSACRE DE ELDORDO DO CARAJÁS.....	5
1.1 Memória coletiva, memória traumática e memória subterrânea das vítimas do massacre.....	9
1.2 A narrativa da dor e sua estética.....	14
1.3 Um olhar político sobre os poemas das vítimas	22
2. CAPÍTULO 2 OS DISCURSOS EM TORNO DA HISTÓRIA DOS SOBREVIVENTES DO MASSACRE.....	26
2.1 Uma tragédia anunciada.....	26
2.2 Providências tomadas logo após o massacre.....	30
2.3 A narrativa dos sobreviventes.....	33
2.4 A narrativa do herói.....	41
2.5 O estigma e o termo massacre.....	46
3. CAPÍTULO 3 POÉTICA DA DOR NAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE UM MASSACRE.....	52
3.1 A poesia como forma de libertação do trauma.....	52
3.2 A história da poética no movimento.....	56
3.3 Oziel o zumbi do Pará e sua relação mística com o movimento.....	60
CONCLUSÃO.....	66
FONTES UTILIZADAS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

O Pará vem se destacando como um dos Estados em que mais se verifica a prática de violação dos Direitos Humanos através de diversos assassinatos e massacres de trabalhadores rurais no campo, por esse motivo busquei entender o fenômeno da violência no Estado do Pará no contexto da luta pela terra, procurando discutir alguns fenômenos que contribuem para esse contexto, como por exemplo a relação existente entre poder, memória, dominação e espaço agrário sem esquecer dos sujeitos que compõem esse campo e que fazem parte e contribuem para essa história.

Para isso me remeto à história e memória de um massacre que teve como palco uma pequena cidadezinha no sul do Pará. Esse massacre no qual foram assassinados dezenove trabalhadores rurais e que deixou dezenas de feridos ficou conhecido como “O Massacre de Eldorado dos Carajás”. Portanto estou investigando e historicizando o “conflito” que ocorreu entre as forças de segurança do Estado do Pará, nesse caso a polícia militar, e os trabalhadores rurais, ocorrido no dia 17 de Abril de 1996 na cidade de Eldorado do Carajás uma cidade pacata e relativamente pequena, onde, mais uma vez, no que se refere a questões sociais vinculadas aos trabalhadores rurais e sua luta pela terra, o uso da violência prevaleceu como “solução” encontrada pelo mando político de caráter oligárquico, quase um “poder paralelo” á um poder judicial frágil, ligados com interesses privados, mantido pelo uso da força.

Para a consecução da discussão problematizo as fontes existentes na CPT-Xinguara e CPT-Marabá referente ao “Massacre de Eldorado do Carajás” cuja visada é compreender os significados da memória traumática nos jogos contra o sistema expropriador dos trabalhadores rurais e problematizar também os sentidos narrativos e políticos da memória dos sobreviventes.

Tais documentos constituem-se de depoimentos de trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão; processos judiciais e inquéritos policiais, documentos de sindicatos de trabalhadores, de Agentes Pastorais, Advogados padres e intelectuais vinculados à luta dos trabalhadores rurais, recortes de jornais, obras de memória e documentos institucionais. A partir da perspectiva da História Social da Cultura, inspirados em autores como Thompson, Raymond Williams e outros, e autores que problematizam o campo da memória como Maurice

Halbwachs, Michael Pollak e Alessandro Portelli compartilhando especialmente de suas noções de experiência, resistência, acomodação, negociação, nos primeiros, e de reelaboração das memórias nos últimos, estou problematizando como a “memória do massacre”, uma memória traumática, é reelaborada nas experiências dos sobreviventes ora servindo como “marco” para a continuidade da luta pela terra, ora como instrumento de lutas específicas.

Tais memórias, além de terem a função para o não-esquecimento são, ao mesmo tempo, instrumento de se firmar uma identidade e de preenchimento de lacunas que foram deixadas pela história. Beatriz Sarlo nos mostra que:

O “vazio” entre a lembrança e aquilo que se lembra é ocupado pelas operações linguísticas, discursivas, subjetivas e sociais do relato da memória: as tipologias e os modelos narrativos da experiência, os princípios morais, religiosos, que limitam o campo do lembrável, o trauma que cria obstáculos à emergência da lembrança, os julgamentos já realizados que incidem como guias de avaliação. Mas que de um vazio, trata-se de um sistema de defasagens e pontes teóricas, metodológicas e ideológicas. [...] (SARLO: 2005, p. 99)

Os sujeitos privilegiados nesse trabalho deixaram as marcas, por meio de uma dada literatura, de uma dada memória: aquilo que Ricoeur denominou de “memória declarativa”. Devemos concordar com Ricoeur que “A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo” (RICOEUR: 2007, p. 505), esse autor nos inspira, de perto, a pensar nos motivos dessas memórias declarativas terem “sobrevivido” nos relatos em forma de poema uma vez que os acontecimentos

[...] situados nos limites da representação, erigem-se em nome de todos os acontecimentos que deixaram sua impressão traumática nos corações e nos corpos: protestam que foram [que ocorreram] e, nessa condição, pedem para ser ditos, narrados, compreendidos. Esse protesto, que alimenta a atestação, é da ordem da crença: ela pode ser contestada, mas não refutada. (RICOEUR: 2007, p. 505)

Procuro desvelar os sentidos diversificados das narrativas sobre o episódio dependendo de quem narra essas memórias: os sobreviventes, agentes pastorais, padres, intelectuais, policiais, jornalistas no sentido de desvelar os significados que se atrelam a interesses específicos dependendo da inserção desses sujeitos diversificados no campo da memória, uma memória que é reativada, por vários enunciados, dentre eles os literários, pois é um meio que as vítimas acharam para expressar sua dor e sofrimento.

Tais narrações literárias re-apresentam as experiências traumáticas com a "teimosia da escrita" de que nos fala Barthes. Uma teima em solucionar o que não tem solução: "que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha como a própria linguagem, que produz, numa faina incessante a literatura" (BARTHES: 2007, p. 22). Em verdade é essa feliz teimosia que permite aos produtores dos poemas re-colher a mediação entre o vivido e o dito e construir uma re-apresentação literária que é, a seu turno, outra mediação entre o dito e o escrito.

Em minhas conclusões pretendo fazer uma discussão entre a memória, a narrativa do trauma e a literatura produzida por essas vítimas do Massacre, para trazer através da poética as questões de conflito, exploração e violência, já que a narrativa se torna obsoleta e necessária pois faz uma ponte com os grupos que possuem interesses incomum e que por meio da narrativa literária resgatam sua memória que mantem a terra como condição essencial de sobrevivência. E quando os sobreviventes conseguem fazer essa narrativa, permitem um trabalho de religamento ao mundo após o ocorrido e de reconstrução de identidade, podemos dizer que para essas vítimas narrar esse trauma é antes que tudo um desejo de renascer no qual muitos sentem essa necessidade de testemunhar, de contar aos outros e de torna-los participantes do processo, mas devemos ter em mente também que é extremamente complexo e doloroso narrar o trauma. Como nos diz Márcio Seligmann Silva (2008), o trauma é caracterizado por ser memória de um passado que não passa, ou seja, na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente.

De início logo no primeiro capítulo irei problematizar os conceitos mobilizados no trabalho, como o conceito de memória que engloba memória traumática e memória subterrânea muito presente na vida social do grupo, também apontarei a questão da poética como uma forma de trazer a narrativa e memória e conseqüentemente irei trabalhar com o conceito de linguagem e literatura partindo do princípio de que estamos lidando com um arte muito específica o que chamo de arte engajada e emergente partindo da discussão de Raymond Williams sobre os conceitos de Dominante, Residual e Emergente.

Já o segundo capítulo farei uma discussão sobre a narrativa dos sobreviventes a partir do processo girando em torno da narrativa sobre o herói já que uma das vítimas assassinadas foi alçado à condição de um mártir. O seu nome

era Oziel Alves Pereira que ficou conhecido como Zumbi do Pará, o mesmo tinha apenas 17 anos quando foi assassinado, era admirado pela sua garra e força e apesar da idade fazia parte da Direção do Trabalhadores de Eldorado do Carajás, também era reconhecido por sua qualidade de liderança e pela facilidade com que se relacionava com as pessoas. Hoje Oziel é um mártir e sua memória é muito viva no grupo, pois Oziel agora é nome de assentamentos e escolas como forma de homenagear o mesmo, e há poemas que trazem essa memória de mártir de Oziel que o colocam como um jovem guerreiro que lutava pela justiça e contra a impunidade.

E por fim, o terceiro capítulo onde retomarei a discussão do conceito de literatura para discutir a poética produzida por essas vítimas procurando extrair os significados poéticos e a linguagem que essa narrativa traz, girando em torno da seguinte pergunta “Por quê contar uma história através da poesia? ”. No entanto é perceptível como essas vítimas se valem do trauma para produzirem uma literatura tanto como forma de ressaltar a memória do grupo como também em firmar uma identidade. Beatriz Sarlo nos fala que: “[...] o fato de que chamamos experiência o que pode ser posto em relato, algo vivido que não só se sofre, mas se transmite. Existe experiência quando a vítima se transforma em testemunho [...]” (SARLO: 2005, p.26). Esse testemunho, por sua vez, é externado por e em diversos meios, mecanismos e gêneros literários e de escrita, fomentando tanto a verbalização dos sentimentos traumáticos quanto sua tradução em estética política direcionada à construção da luta. No caso específico desta discussão, ela é extraída de uma pesquisa mais ampla na qual problematizamos, já há dois anos, as fontes existentes na CPT-Xinguara e CPT-Marabá, referentes ao Massacre de Eldorado do Carajás.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS

Diante de toda pesquisa me deparei com as contradições cruéis em que os trabalhadores rurais vivem, a terra e água tem se tornado mercadorias, cada vez mais escassas e principalmente um objeto de concorrência e da ambição por poder econômico, vinculado ao latifúndio, com o aval do Estado. Todo esse processo acaba marginalizando os pobres da terra que continuam sofrendo todo tipo de violência e principalmente abandono. Segundo Alberto Da Silva Moreira (2007), trata-se na verdade de uma guerra de baixa tensão contra os trabalhadores do campo e seus aliados, trata-se na verdade de uma violência que usa o terror, a morte e o horror para espalharem o medo e a ideia de que não vale a pena lutar e trata-se principalmente de uma violência lucrativa através da qual o agronegócio se expande.

Todo esse processo de desenvolvimento e conflito contribui para que ocorram fenômenos que vão de gritos da terra¹ ao massacre de Eldorado que aqui cabe nossa maior atenção. No dia 17 de abril em uma pequena cidade no Sudeste do PA, chamada Eldorado do Carajás, um batalhão de cerca de 155 policiais provocou a morte de 19 trabalhadores rurais, tal episódio ficou conhecido como “O Massacre de Eldorado do Carajás”. Tal “episódio” sabemos que não ocorreu por mero acaso, sabemos também que a realidade agrária no Brasil fornecia naquela época todos os ingredientes necessários que vão de fatores econômicos, sociais e políticos como coloca Walmir Brelaz (2006) o então advogado das vítimas.

O Massacre de Eldorado do Carajás, que apesar de conter todos os elementos de uma histórica violência cometida contra os trabalhadores rurais foi noticiada pela imprensa como um fato, “escandaloso, cruel e inusitado”. Em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST formavam um acampamento a margem da estrada, próximo a Fazenda Macaxeira², reivindicando a

¹ Referência as manifestações dos trabalhadores rurais.

² Fazia parte de um complexo de Fazendas, chamado Complexo Macaxeira composto por treze fazendas, no qual havia a Fazenda Macaxeira com cinco mil novecentos e vinte um hectares e setenta e oito ares e noventa e seis centiares (5.921,7896); a Fazenda Grota Verde com mil novecentos e quarenta e nove hectares trinta e um ares e cinquenta centiares (1.949,3150); a Fazenda Serra Norte com dois mil quatrocentos e vinte um hectares vinte e cinco ares e quarenta centiares (2.421,2540); a Fazenda Eldorado com seis mil setecentos e setenta e seis hectares (6.776,0000); a Fazenda Mucuripe com mil setecentos e vinte e um hectares trinta e cinco ares

desapropriação dessa área. Para os trabalhadores rurais, esta fazenda era improdutiva, eles reivindicavam sua desapropriação com base no artigo 1184 da Constituição Federal que se refere à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA fez a vistoria para a desapropriação, mas o laudo atestou que a fazenda era produtiva. Entretanto, segundo denúncias do MST, este laudo teria sido conseguido através de suborno junto à superintendência do INCRA do Estado do Pará. No dia 05 de março de 1996, as famílias acampadas à margem da rodovia PA – 275 decidiram ocupar a referida fazenda, dando início a novas negociações com o INCRA.

Tais negociações pressupunham agilizar o assentamento de 3.500 famílias, e ficou acertado entre as partes que seriam enviadas 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios para o acampamento. Tal promessa não foi cumprida e, no dia 10 de abril, aproximadamente 1500 famílias iniciaram uma caminhada para Belém-PA – e pararam no km 95 da rodovia PA-150, próximo a cidade de Eldorado do Carajás, exigindo comida e ônibus. No dia 17 de abril pela manhã, foi dada a informação de que as negociações estavam canceladas e, diante desse impasse, os trabalhadores voltaram a bloquear a estrada, na altura da denominada “curva do S”, no município de Eldorado do Carajás. Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, os trabalhadores rurais foram cercados de um lado por policiais do quartel de Parauapebas e por outro por policiais do batalhão de Marabá. Tal cerco provocou vários enfrentamentos entre os soldados e os trabalhadores que culminou no “metralhamento” e morte de 19 trabalhadores rurais, e mais um saldo de 56 feridos com indícios de execuções posteriores.

A utilização da terra nessa região está relacionada principalmente a pecuária e essa escolha pela pecuária serve para justificar a apropriação de grandes extensões de terra por poucos e isso acaba gerando conflitos entre os agentes

cinquenta centiares (1.721,3550); Fazenda Ponta Grossa com mil setecentos e vinte um hectares trinta e cinco ares cinquenta centiares (1.721,3550); Castanhal Grota Verde com três mil quinhentos e noventa e nove hectares vinte dois ares sessenta e três centiares (3.599,2263); Castanhal Volta do Rio com três mil quinhentos e noventa e nove hectares quarenta ares e doze centiares (3.599,4012); Fazenda Jacaré Grande com dois mil oitocentos e sessenta e um hectares oitenta e um ares e sete centiares (2.861,8107); Fazenda Lago Verde com dois mil novecentos e noventa e seis hectares e oitenta e dois ares e oitenta e dois centiares (2.996,8282); Fazenda Formosa com dois mil novecentos e noventa e sete hectares sessenta e seis ares e vinte e seis centiares (2.997,6626); Fazenda Aldeia Velha com dois mil novecentos e noventa e cinco hectares e cinquenta e três ares e trinta e sete centiares (2.995,5337); e Fazenda Ilha Verde com dois mil novecentos e noventa e seis hectares e cinquenta e dois ares e quarenta e três centiares (2.996,5243).

sociais que compõe esse campo que são necessariamente colonos, posseiros, caboclos e seringueiros cada um deles inseridos de forma específica na região, mas esse espaço não é constituído apenas desses pequenos agentes, há também os “grandes”, os fazendeiros, os empresários, os patrões, grileiros e vários órgãos que são associados, como a União Democrática Ruralista – UDR, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário- MIRAD, Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis do Meio Ambiente – IBAMA, Baco da Amazônia S.A – BASA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT, Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA.

Outro problema gerado com a implantação dos grandes empreendimentos agropecuários é que estes acabam expulsando os posseiros de suas terras e os empurrando para áreas menos férteis e esses trabalhadores são os que mais sofrem com a situação, pois são submetidos constantemente a violência e a política governamental que quase sempre favorece os grupos vinculados aos referidos empreendimentos e muitas vezes esses trabalhadores, para assegurar a sua sobrevivência e a de sua família, acabam vendendo a sua força de trabalho e em muitas situações vivem na condição análoga à de escravidão.

As ações promovidas pelo Estado acabam contribuindo para a intensificação dos conflitos fundiários, pois a política governamental favorece os interesses desses grupos de empresários e grandes fazendeiros. O Estado que utiliza da polícia ou do exército “para impor a ordem” se vale da violência “legítima” que, teoricamente, garantiria a segurança dos cidadãos de alguma ameaça o que seria uma “violência justificável”, na concepção desse estado, pois é praticada por um poder legítimo com vistas a garantir a propriedade privada.

Mas há também a violência ilegítima que não seria justificada, pois é praticada por agentes que não são legítimos e não possuem o “poder” de praticá-la. Esse tipo de violência é praticado por grupos privados no âmbito de um determinado território político, impondo seus interesses sobre outros grupos, aqui caberia o exemplo dos fazendeiros e latifundiários que praticam esse tipo de violência sobre

os posseiros, se valendo das milícias privadas e da pistolagem³. Tais práticas objetivam submeter os trabalhadores rurais que são obrigados a deixarem suas terras. Tendo estes trabalhadores passado anos de sua vida “desbravando” a terra e através dela obtendo seu sustento e de sua família ao se verem obrigados a deixá-la, irão formar grupos de pressão política a fim de conseguir que o governo lhe conceda a posse da terra, como o caso do MST – Movimento Sem Terra, um dos maiores movimentos político-sociais organizados pelos trabalhadores rurais.

Esses trabalhadores enfrentam vários problemas, mas que os incitam a lutar por justiça, liberdade e principalmente pela terra. E era justamente isso que aqueles trabalhadores rurais liderados pelo MST se deslocaram do município da Curionópolis – PA até a fazenda Macaxeira no Município de Eldorado do Carajás – PA buscando por melhorias, e cansados do desprezo e da violência que estavam sofrendo. Tal busca, entretanto, infelizmente culminou com a morte de 19 trabalhadores rurais.⁴

³ Todas as fontes disponíveis na CPT nos mostram dados nos quais é verificado de forma recorrente a prática de pistolagem.

⁴ **1** – Altamiro Ricardo da Silva, brasileiro, goiano, casado de 42 anos de idade, filho de Juventino da Silva e Filomena Maria da Silva, residente na Rua Aeroporto s/nº, município de Eldorado dos Carajás. **2** – Amâncio dos Santos Silva, brasileiro, maranhense, solteiro, de 42 anos de idade, filho de João Rodrigues da Silva, residente na rua Tucupi, nº 172, Curionópolis. **3** – Abílio Alves Rabelo, brasileiro, maranhense, casado, de 57 anos de idade, filho de João Rabelo e Rosália Rabelo, residente na Av. Carlos Santos nº 228, Curionópolis. **4** – Antônio Carlos Dias, brasileiro, maranhense, de 27 anos de idade, filho de Maria Conceição Costa, residente na Fazenda “Chega com Jeito”. **5** - Antônio Alves da Cruz, brasileiro, piauiense, casado, de 59 anos de idade, filho de Cristiana Alves Souza, residente na Rua Afonso Arinos, nº 11, Bairro da Paz, município de Parauapebas. **6** – Antônio, conhecido como “irmão”, residente em Parauapebas. **7** - Graciano Olímpio de Souza, vulgo “Badé”, brasileiro, paraense, casado, de 46 anos de idade, RG nº 0564368-Segup/PA, residente na Rua Ceará nº 77, Bairro Laranjeiras, Município de Marabá. **8** - Joaquim Pereira Veras, brasileiro, piauiense, solteiro, de 32 anos de idade, filho de Raimundo Souza Sobrinho e Adelaide da Conceição, residente na rua Tucupi nº215, Curionópolis.

9 - Jose Alves da Silva, brasileiro, goiano, viúvo, de 65 anos de idade, filha de Carlito Alves da Silva e Januária da Silva, residente na rua 7 de setembro nº 54, Parauapebas. **10** – Jose Ribamar Alves de Souza, brasileiro, maranhense, solteiro, de 22 anos de idade, filho de Miguel Arcanjo de Souza e Luzia Alves de Souza, Residente na Rua São João Batista nº 111, bairro da Paz, Parauapebas. **11** - Lourival da Costa Santana, brasileiro, maranhense, casado, nascido em 09.11.1969, filho de José Ferreira Santana e Francisca Xavier da Silva, residente na Rua Jacarandá nº 161, Curionópolis. **12** – Leonardo Batista de Almeida, brasileiro, casado, de 46 anos de idade, filho Raimundo de Souza e Luzia Batista, residente na Rua Marajuba nº 19, Curionópolis. **13** – Manuel Gomes de Souza, brasileiro, piauiense, casado, de 49 anos de idade, conhecido por “leiteiro”, residente na Rua Acampamento da Fazenda Macaxeira, rodovia PA-275, KM-25, município de Curionópolis. **14** – Raimundo Lopes Pereira, brasileiro, maranhense, de 20 anos de idade. **15** – Robson Vitor Sobrinho, brasileiro, pernambucano, casado, de 25 anos, filho de Maria Antônia Vitor Sobrinho, residente na Rua Castanheira s/nº, Curionópolis. **16** - Oziel Alves Pereira, brasileiro, goiano, solteiro, de 18 anos de idade, filho de Alderino Alves Pereira e Luzia Alves Pires, residente na Vila dos Palmares, Parauapebas. **17** - Valdemir Ferreira da Silva, brasileiro, conhecido por “bem-te-vi”, residente em Parauapebas. **18** – João Rodrigues Araújo, brasileiro, paraense, casado, residente em Parauapebas. **19** – João Carneiro da Silva, conhecido como “fotografo”, residente em Parauapebas.

Trabalhadores rurais que ficaram marcadas e são sempre lembradas pela memória do grupo no seu dia-a-dia, já que o nome do assentamento traz a data que ocorreu o massacre, há também uma escola com o nome de um dos líderes, há o monumento representado por 19 castanheiras que simbolizam as vítimas e que se localiza no lugar exato onde ocorreu o massacre desses trabalhadores, sem contar o uso que se faz da literatura através da prática de produção de poemas para transmitirem a suas experiências sofridas.

1.1. Memória Coletiva, Memória Traumática e Memória Subterrânea das Vítimas do Massacre.

Para Maurice Halbwachs (1990) existe uma diferença entre memória coletiva, memória histórica e individual. A memória coletiva segundo ele é constituída à medida que se evoca um acontecimento que teve lugar na vida de um grupo e que mesmo com o passar dos anos, consideram esse acontecimento importante:

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens, conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens estão materialmente presentes, se posso falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos e consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 1990, p.36)

Nesse sentido, se estabelece um *desejo de memória* no âmbito do grupo. Um desejo tal que, de acordo com Paul Ricoeur, "a história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo". Para esse autor, as memórias que são elaboradas e reelaboradas nas e pelas relações sociais têm sempre uma característica 'declarativa', o que impede o seu total apagamento/esquecimento. Nos termos do autor:

Os acontecimentos [...] situados nos limites da representação, erigem-se em nome de todos os acontecimentos que deixaram sua impressão traumática nos corações e nos corpos: protestam que foram [que ocorreram] e, nessa condição, pedem para ser ditos, narrados, compreendidos. (RICOEUR, 2007. p. 505)

Mas é necessário aqui entender que há uma memória específica que também faz parte da construção social desses sujeitos: o que Beatriz Sarlo, ao discutir a memória traumática de um grupo, caracteriza como pós-memória:

Uma dimensão mais específica em termos de tempo; mais íntima e subjetiva em termos de textura. Como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós-memória seria a 'memória' dos filhos sobre a *memória* dos pais). (SARLO, 2007, p.91)

Pode parecer que a noção de pós-memória se opõe a de memória social que seria o substrato para uma memória histórica: uma memória mais estendida no tempo, que alcança diversas gerações e diversificados sujeitos, e por isso mesmo, mais reelaborada. Entretanto, queremos crer que há vários pontos de junções entre essa pós-memória e a memória social, propriamente dita. Pensar diferente, embora seja necessário distingui-las, seria retirar da pós-memória seu caráter de construção social e remetê-la apenas a uma dimensão “intimista” dos sujeitos.

Creemos que essa pós-memória tem como ponto de junção com a memória social mais ampla, exatamente o fato de ser um dos elementos que é “selecionado”, de acordo com interesses e interações específicas (como a “memória militante” oriunda do MST, por exemplo), para compor a operação remissiva que transmuta a memória traumática do “Massacre de Eldorado” em um “instrumento” de luta desse movimento popular.

De acordo com Rüsen (2009), ao problematizar a memória do holocausto, o luto pelos que morreram em processos traumáticos envolvendo um grupo específico, é um processo mental de comemorar algo perdido. No caso do massacre de Eldorado do Carajás, todo ano no dia 17 de abril é “comemorado”, ou melhor é rememorado o massacre como um meio de “recuperação” das pessoas que foram mortas naquela data e como um meio de trazer a lembrança dolorosa dessa experiência traumática, ou seja, por meio desse rememoração, está se retornando a um passado ausente com o objetivo de se recupera-lo e revitaliza-lo esse. Essa revitalização é realizada por diversificadas linguagens como a poética, como os poemas que irei apresentar sobre Oziel Alves, uma das vítimas no massacre. É emblemático que o título de um dos poemas seja “Oziel está presente”. Nesse sentido, o luto por Oziel, procura por meio da memória e da literatura revivê-lo trazendo-o ao presente como elemento aglutinador da identidade do grupo.

Em seu artigo sobre memórias subterrâneas, Michael Pollak nos diz que, “ao privilegiar a análise dos excluídos e das minorias, a História oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a “Memória Oficial” no caso a memória

nacional. ” (POLLAK, 1989, p.2). Estamos lidando com uma memória que Pollak caracteriza como “proibida” e, portanto, clandestina, mas que passa a ocupar todo um cenário cultural e que por meio de reivindicações começa a ganhar espaço dentro da sociedade mesmo que de uma forma não reconhecida, lembrando que estamos lidando com uma memória traumática e que durante muito tempo ficou confinada no silêncio. No entanto essa memória subterrânea das vítimas ao mesmo tempo em que é reativada por alguns membros, outros a querem silenciar, pois há uma dificuldade de integrar suas lembranças na memória coletiva do grupo, sobre essa percepção “individualizada” acerca da memória tomemos a fala de um depoente no livro do autor Eric Nepomuceno, intitulado “O MASSACRE, Eldorado do Carajás: uma história de impunidade”, no qual o mesmo diz:

[...] eu queria esquecer o massacre, mas não dá. Quando a gente anda na rua, encontra sempre uma viúva, um outro mutilado, um órfão... não tem um dia em que a gente não fale do massacre. Assim não dá para esquecer. (NEPOMUCENO, 2007, p.93)

Aqui vemos que o depoente Josimar de Freitas um dos sobreviventes do massacre, quer de toda forma esquecer o massacre que foi traumático não só para ele, mas para todo o grupo, porém o mesmo sempre encontra um ou outro que sofreu o massacre e que não o deixa esquecer o que viveu no dia 17 de abril de 1996. Assim, mesmo que o depoente não queira lembrar, haverá lembranças que são evocadas por outros homens e mulheres que participam do grupo e que consideram o acontecimento importante e que “revivem” constantemente a experiência do massacre tendendo sempre a serem evocadas por meio de várias linguagens enunciadas pelo grupo.

Nesse caso o depoente ao tentar esquecer o “massacre”, que teve e tem lugar na memória do grupo, está querendo desapegar-se, pois para Halbwachs esquecer um período da sua vida é perder contato com aqueles que nos rodeiam, já que ao fazer esse esforço para tentar esquecer não haverá mais reconhecimento e nem lembranças. Halbwachs considera que a lembrança é um processo de reconhecimento e reconstrução da memória, já que as lembranças fazem parte da memória. De reconhecimento porque porta um sentimento do “já visto”, ou seja, à medida que Josimar de Freitas se lembra do Massacre o mesmo constrói sentimentos por meio de uma imagem do “já visto” e passa a vivenciar “de novo” tudo aquilo que viveu no dia do massacre evocando assim um acontecimento que

tem lugar na vida no grupo, mas, que por ter sido tão traumático o mesmo queira esquecer.

Entretanto, o desejo de memória do grupo, e tudo que cerca Josimar de Freitas, o leva sempre a rememorar o acontecido: do nome do assentamento “Vila 17 de Abril” “Associação dos Mutilados e Viúvas do Massacre de Eldorado do Carajás” e até colégios “E.E.E.M Oziel Alves Pereira” que ficou conhecido como “Zumbi do Pará”, pois Oziel era um dos líderes do movimento e um dos mortos do massacre.

Mas como Pollak coloca, a memória é justamente essa operação coletiva dos acontecimentos e de interpretações do passado que se quer guardar que se “integra, como, em tentativa mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais”. Pollak contesta o conceito de memória coletiva de Halbwachs e nos apresenta o conceito de enquadramento de memória, um processo em que se enquadram determinadas lembranças específicas, para satisfazer certas exigências e justificações, portanto, é um processo que não é feito de forma arbitrária.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p.8)

Podemos pensar então em uma imagem de vítima criada sobre os sobreviventes, mas creio que se faz necessário uma discussão sobre essa imagem de vitimização, criada a partir da seleção de testemunhos. Em outra passagem Pollak, nos diz mais sobre esse enquadramento de memória:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas

etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. (POLLAK, 1989, p.9)

Partindo disso podemos pensar no monumento que foi construído em homenagem as 19 assassinadas como um lugar de memória. O monumento trata-se de 19 castanheiras que foram queimadas e postas no lugar exato em que ocorreu o massacre, mas ao mesmo tempo que ela traz uma identidade muito forte do grupo, nos leva a pensar o porquê da escolha de castanheiras? Por quê queimadas? O monumento foi criado de forma conjunta por todos do assentamento com a ajuda de Dan Baron Cohen, que é formado em Literatura Inglesa e possui pós-graduação em Teatro Político pela Universidade de Oxford e colabora com as comunidades sem-terra, indígena, sindical e universitária na formação de educadores comunitários. A escolha das castanheiras é na verdade uma analogia ao que acontece aos trabalhadores rurais, como uma paisagem de castanheiras queimadas e mutiladas, violadas e cheias de cicatrizes.

Sabemos que os monumentos são marcos referenciais construídos intencionalmente com o objetivo de provocar a lembrança e resgatar a memória, o memorial ao massacre de Eldorado dos Carajás constitui-se em um monumento que foi erigido com a finalidade de provocar a lembrança e manter viva a dolorosa memória de seu evento traumático. Em minha análise sobre este monumento, percebi que há uma revitalização da memória, já que todo ano no dia 17 de abril os sobreviventes e vários órgãos se reúnem no local em que está o monumento no intuito de rememorar o massacre e isso permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação e de evocação do passado.

O historiador francês Pierre Nora, nos apresenta a categoria de “lugares de memória”, que antes de tudo é um misto de história e memória, onde a memória é fossilizada em algo concreto ou material “A memória, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Para Nora, os lugares de memória se configuram essencialmente como um espaço onde a ritualização de uma memória ressuscita lembranças, portanto, obriga cada um a relembrar e se reencontrar, como acontece com o monumento criado em homenagem às vítimas,

pois é uma memória que autolegitima a sua história e identidade no presente. E a despeito disso, Nora ainda acrescenta:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memórias. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles pra deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as cochas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p.13)

De modo geral, Nora destaca então essa necessidade da memória de ter um suporte exterior e de ter também uma referência tangível para que sua existência viva através dela. Daí a necessidade da criação de um monumento em homenagem às vítimas, um monumento que preserve integralmente um passado carregado de dor. Ao mesmo tempo em que o monumento traz uma memória ele também traz uma história, já que lugares de memória serão também lugares de história, pois ao passo que olhamos o monumento temos a impressão de retornar à história do Massacre.

Com intuito de nos fazer pensar na literatura também como um lugar de memória, Nora ira nos dizer que a memória conheceu apenas duas formas de autenticidade, a histórica ou literária, uma vez que a história é o nosso imaginário de substituição e a literatura traz a revitalização do drama histórico.

1.2.A Narrativa da dor e sua Estética.

Encontrei vários poemas que me chamaram a atenção e que, de pronto, me colocaram vários problemas. O nó górdio: como trata-los em termos de procedimento já que, em sendo poesia, mas uma poesia considerada “marginal” no campo da crítica especializada, quais os parâmetros utilizaríamos para interpretá-los? Uma abordagem sobre as lutas históricas pela terra, em nosso entendimento,

passa necessariamente pela história social, lidar com essa forma de escrituração, entretanto, requer necessariamente uma discussão sobre arte e cultura.

Partindo disso me propus a discutir a narrativa por meio desses poemas que foram escritos por sobreviventes do massacre onde a dor é transmutada em memória pelo Movimento organizado dos trabalhadores rurais, especialmente os sem-terra e a poética que se revestem de um instrumental para a veiculação dessa memória.

Dor e poesia dão-se as mãos desde a antiguidade clássica para Tânia T. S. Nunes:

Na metade do século XX, no entanto, os relatos da dor dos corpos vitimados acentuaram o espaço da memória nas narrativas já permeadas pela hibridização (GONÇALVES & BELLODI, 2005: 127). São escritos que trazem arranhões e marcas no corpo e não têm somente o propósito de relatar o desespero diante da crueldade da guerra, mas a forma como narram querem abrandar o desespero [...]. (Nunes: 2009: p. 05)

Entretanto não se deve entender a literatura apenas como um corpo ou uma sequência de obras, mas como uma prática de escrever e até mesmo de “desenhar” o mundo da forma como se vê, ou seja, é procurar visar os significados que a obra constitui. Esses poemas não constituem uma “obra”, se pensarmos no sentido restrito erudito de uma obra poética, mas em seu conjunto pensando na produção conjunta realizada de vários movimentos sociais contemporâneos é possível afirmar que está emergindo uma poética que tem nos traumas e nas dores o seu substrato essencial. Poderíamos então considerar essa emergência como uma forma de arte?

Williams ao problematizar a dificuldade de se perceber elementos emergentes no interior de um dado “sistema cultural”, especialmente no que concerne a arte literária, adverte que:

Na verdade, depende crucialmente de descobrir novas formas ou adaptações da forma. Repetidamente, o que temos de observar é, com efeito, uma *emergência preliminar*, atuante e pressionante, mas ainda não perfeitamente articulado. (WILLIAMS: 1979, p. 129)

Williams tenta solucionar o problema de como descobrir possíveis novas formas por meio da noção de “estruturas de sentimento”, que ele mesmo admite como “inacabada”. Nesse esforço o autor argumenta, metaforicamente, que as estruturas de sentimentos se apresentam como experiências sociais *em solução* que

são, necessariamente, distinguíveis de outras formas semânticas sociais *precipitadas* e por assim serem são mais visíveis e imediatas, sem, contudo, deixarem de extrapolar as experiências sociais apontando na direção da construção de uma inflexão imaginativa. Segundo Williams devemos investigar a “hipótese de um modo de formação social, explícito e reconhecível em seus tipos específicos de arte, que se distingue de outras formações sociais e semânticas pela sua articulação de *presença*”. (WILLIAMS: 1979, p. 137).

Assim me questiono o porquê de o Poema de Brecht “Dias da Comuna de Paris” ser considerado arte entre nós brasileiros, e os poemas produzidos no interior do MST não, ou serem considerados arte de “má qualidade”. Ou pelo menos considerado assim, dentro do campo específico que lida com a arte “erudita”. Os trechos a seguir do poema Brechtiano, em meu entendimento, apresenta-se com certo distanciamento, em forma e conteúdo, daqueles que apresentaremos adiante, oriundos dos sujeitos em tela nesse artigo.

Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis, para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

Não obstante tal distanciamento a arte engajada brechtiana versa sobre o mesmo tema: a opressão de uma classe sobre a outra. Entendo, a partir do que estou problematizando que forma e conteúdo no poema de Brecht, já passou pelo processo, via crítica literária, de incorporação seletiva oriunda do:

Poder inegável dos dois grandes sistemas ideológicos modernos – o ‘estético’ e o ‘psicológico’ [...] onde a experiência, o sentimento imediato, e a subjetividade e a personalidade são generalizados e resumidos novamente. (WILLIAMS: 1979, p. 131).

Parece-nos que no Brasil, há ainda muito que fazer no que tange a eliminação do preconceito em relação à arte engajada, especialmente se ela é proveniente dos movimentos sociais e especialmente produzida por sujeitos não “reconhecidos” nos

meios literários, ou seja, sujeitos que emergem no interior do próprio movimento e não, um “intelectual” que se “engaja” no mesmo.

Além disso, havemos que nos perguntar se é possível mensurar o trauma que milhares de famílias tem sofrido historicamente no Brasil sob as a opressão do latifúndio como algo “menor” se comparado às grandes catástrofes mundiais. Tal pergunta se apresenta, pois, para estas parece que qualquer forma de poesia é bem vista. Em instigante artigo sobre a relação entre trauma e narrativa Márcio Seligmann Silva discute como a “narrativa imaginativa” é colocada a “serviço” dos que sofrem o trauma:

A imaginação apresenta-se a ele como o meio para enfrentar a crise do testemunho. Crise que, como vimos, tem inúmeras origens: a incapacidade de se testemunhar, a própria incapacidade de se imaginar o Lager, o elemento inverossímil daquela realidade ao lado da imperativa e vital necessidade de se testemunhar, como meio de sobrevivência. A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. (SILVA: 2008, p. 70)

Em nota esclarecedora ele acrescenta:

Também uma passagem de uma entrevista de Primo Levi, na qual ele responde ao famoso dictum adorniano segundo o qual escrever poesia após Auschwitz seria um ato de barbárie: “A minha experiência prova o contrário. Pareceu-me, então, que a poesia era melhor mesmo do que a prosa para exprimir o que me oprimia. Quando eu digo ‘poesia’ eu não penso em nada lírico. Nesta época eu teria reformulado a frase de Adorno: depois de Auschwitz não se pode escrever poesia senão sobre Auschwitz” (Levi, 2005: 34). De fato, o próprio Adorno reformulou aquele dictum alguns anos depois em um sentido próximo ao de Levi. Como ele escreveu em 1962 em seu trabalho *Engagement*, também referindo-se ao seu dictum de 1949: “O excesso de sofrimento real não permite esquecimento; a palavra teológica de Pascal ‘on ne doit plus dormir’ deve-se secularizar. [...] aquele sofrimento [...] requer também a permanência da arte que proíbe” (Adorno, 1973: 64). No mesmo passo lemos ainda: “não há quase outro lugar [senão na arte] em que o sofrimento encontre a sua própria voz” (Idem). (SILVA: 2008, p. 81).

Estariam os sujeitos oriundos dos movimentos sociais, no Brasil, interditados de narrarem seus traumas? Tal interdito se aportaria no fato de que os intelectuais brasileiros que lidam com a arte não veem nada de lírico na poesia engajada? Talvez. Mas isso não resolve o impasse de determinadas poesias, oriundas do punho de intelectuais “externos” aos movimentos sociais, mas neles “engajados” serem considerados e a poesia oriunda do punho de sujeitos dos próprios movimentos não! Isso nos remete a uma questão cada vez mais menosprezada

quando o campo de debate é arte e estética. A questão dos condicionantes ideológicos da arte.

Nesse sentido, Terry Eagleton esclarece que:

A construção da noção moderna do estético é assim inseparável da construção das formas ideológicas dominantes da sociedade de classes moderna, e na verdade, de todo um novo formato da subjetividade apropriado a esta ordem social. É em função disso, e não de um súbito despertar de homens e mulheres para o valor superior da poesia e da pintura, que a estética assumiu esse papel tão importuno na herança intelectual do presente. Porém minha tese é também a de que a estética, entendida num sentido determinado, coloca igualmente um desafio e uma alternativa poderosos a estas mesmas formas ideológicas dominantes. Trata-se, assim, de um fenômeno especialmente contraditório. (EAGLETON: 1993, p. 8)

É possível supor então que a estética da poesia orientada pelas atuais formas ideológicas dominantes poderá em algum momento, ser contraditada por alguma forma “emergente”. Apesar de já haver uma produção poética de vulto emanada dos movimentos sociais não podemos dizer o mesmo em relação ao campo da poética, enquanto campo de conhecimento especializado, no que tange a uma preocupação desse campo em investigar e desvelar essa poética específica. Essa ausência, a meu ver, é muito mais fruto dos condicionantes ideológicos dominantes mediadores da produção, circulação e crítica da arte e, menos, um interdito formal para que essa poética emergente venha se tornar alvo da crítica especializada.

Quando muita essa crítica argumenta que a vontade política que direciona a “arte engajada” subverte o formalismo, os cânones, o que resulta em uma arte de má qualidade. Octavio Paz, embora critique a transmutação dos poetas em propagandistas pelos partidos políticos, admite que:

[...] A poesia é um alimento que a burguesia – como classe – tem sido incapaz de digerir. Eis porque uma vez ou outra ela tentou domesticá-la. Só que mal um poeta ou movimento poético cede e aceita regressar à ordem social, surge uma nova criação que constitui, às vezes até sem se propor a isso, uma crítica e um escândalo. A poesia moderna se converteu no alimento dos dissidentes e desterrados do mundo burguês. Uma poesia em rebelião corresponde a uma sociedade dividida. (PAZ: 1982. p. 49)

Sobre o engajamento da arte é conveniente retomar a discussão de Sartre.

É constrangedor lembrar aqui ideias tão simples, mas parece que hoje em dia elas foram esquecidas. Se assim não fosse, como viriam nos dizer que estamos premeditando o assassinato da literatura, ou mais simplesmente, que o engajamento prejudica a arte de escrever? [...]. Em suma, trata-se de saber a respeito de que se quer escrever: de borboletas ou da condição dos

judeus. [...]. Sei que Giraudoux dizia: "A única tarefa é encontrar o estilo; a idéia vem depois". Mas ele estava enganado: a idéia não veio. Se os temas forem considerados como problemas sempre em aberto, como solicitações, expectativas, compreenderemos que a arte não perde nada com o engajamento; ao contrário. Assim como a física submete aos matemáticos novos problemas, que os obrigam a produzir uma simbologia nova, assim também as exigências sempre novas do social ou da metafísica obrigam o artista a descobrir uma nova língua e novas técnicas. (SARTRE: 2004, p. 22-23)

É preciso, pois, problematizar que a “arte engajada”, até por atender demandas muito específicas da realidade social (exigências sempre novas, no dizer de Sartre), deve ser vista a partir de uma funcionalidade prevista por aqueles que a produziram.

De acordo com Roseli Caldart:

As três funções apontadas para a poética dentro do MST, função de animação, função pedagógica e função política, fazem parte da estrutura global de sentido que ela tem neste espaço de luta social. Acontecem ao mesmo tempo e se atravessam mutuamente, embora possam ser identificadas na sua especificidade própria (CALDART, 1987, p. 100).

Embora Caldart tenha razão quanto á funcionalidade da poesia engajada produzida no interior do MST é preciso modular sua assertividade, no sentido que as funções que ela descreve tão bem só terão eficácia ao nível circunstancial, ou seja, dependerá de circunstâncias específicas que esse movimento social esteja experimentando.

De acordo com Humberto Eco:

O jogo cruzado das circunstâncias e dos pressupostos, ao lado da multiplicidade dos códigos e subcódigos, permitem que toda mensagem, ao invés de tornar-se o ponto terminal da cadeia comunicacional, se apresente como uma forma vazia à qual podem ser atribuídos vários sentidos possíveis. (ECO: 2010, p. 69-70.)

Nesse sentido, entendemos que os poemas de que tratamos ora podem cumprir as funções aludidas por Caldart ora podem se encerrar sobre si enquanto um artefato de um poeta. Artefato como concebido por João Cabral de Melo Neto, nas seguintes palavras:

Minha definição de emoção não é nada de especial. É o que todos chamam de ‘emoção’. O que acontece é que me recuso a explorar essa coisa diretamente. O interesse do poeta não é descrever suas emoções e criar emoções, é criar um objeto - se é poeta, um poema; se é pintor, um quadro

- que provoque emoções no espectador. Mas não explorar nem descrever a própria emoção. Quando digo que sou contra emoção é exatamente neste sentido: o de usar a minha emoção para fazer com ela uma obra, descrevê-la primariamente e construir, com ela, um poema (MELO NETO, 2007).⁵

Por tanto, os poemas oriundos dos movimentos sociais são esses objetos que nos permitem olhar para o passado e principalmente captar o sofrimento e a dor dos sobreviventes. Artefato que, de um lado, provoca emoções e, por outro lado, irradia o clamor por justiça e o apelo por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais e da sociedade, de um modo geral.

Dito isto, cumpre esclarecer que estou assumindo genericamente a noção de poética, de um lado, como criação e produção literária e ficcional e, de outro lado, como construção da narrativa “daquilo que poderia acontecer e que é possível dentro da probabilidade ou da necessidade” (ARISTÓTELES: 2011, p. 54). Criações poéticas por meio das quais é possível experimentar prazer ou sublimar a dor. Entretanto, por tratar de uma poética vinculada à memória, ou melhor, de uma memória poética, sublinho que os poemas aqui investigados são constituídos na fronteira do metaficcional, em que o tempo e a poesia constituem uma estética política da luta dos movimentos sociais.

Mas um texto representa uma cadeia de artifícios de expressão que está entremeado de interstícios a ser preenchido por um determinado destinatário, como bem ensina Umberto Eco (2012). O autor ainda nos diz que um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa, ou, em outras palavras, um texto é emitido por alguém, o autor, mas, fora deste, estará à espera de um outro que o atualize, muito embora não se espere que este alguém exista concreta e empiricamente, ou seja, gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros e, neste sentido, basicamente o texto prevê o seu leitor. Seria, então, como projetar um modelo de adversário e a escolha de uma língua ou de uma determinada teoria já reduz bastante a imagem de um leitor modelo.

De acordo com a escritora e crítica literária argentina, Beatriz Sarlo:

⁵ Entrevista postada no site <http://www.geneton.com.br>, em 10 de junho de 2007. Acessada em 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.geneton.com.br/archives/000210.html>

Lemos pra esquecer e também para não esquecer. Escreve-se pra esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que os outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança. Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambiguidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios. A literatura impõem obstáculos, é difícil, exige trabalho. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz. (SARLO, 2005, p.26)

Observamos que a literatura é pelo menos desde o século XIX quase sempre incômoda e muitas vezes escandalosa, uma vez que como Beatriz Sarlo coloca, ela acolhe ambiguidades que a sociedade deseja banir, coisas que as sociedades preferem não ouvir. Muitas vezes o texto seja ele qual for e qual gênero pertença costuma iluminar a configuração de um fato, a dimensão de uma experiência e fundamentalmente a forma de um sentimento. A literatura permite:

“[...] a blasfêmia, a imoralidade, o erotismo que as sociedades somente admitem como vícios privados; opina, com excessos de figuração ou imaginação ficcional, sobre a história e política; pode ser cínica, irônica, trabalhar a paródia, dar um caráter cômico a temas que, por consenso ou imposição, são dados por sérios ou proibidos; pode, no limite, falar sem falar, usar a linguagem para não dizer nada em particular, exibir essa impossibilidade na cena dos textos; falsifica, exagera, distorce porque não ataca os regimes de verdade dos outros saberes e discursos. Mas nem por isso deixa de ser, ao seu modo, verdadeira. (SARLO, 2005, p.28)

Quanto a isso percebemos que a literatura tem esse poder de trazer a sensibilidade e suas manifestações de representações e traduções da realidade, ou seja, os indivíduos não apenas experimentam as sensações e os sentimentos, mas tem ideias sobre eles e podem reproduzi-los e transmiti-los como uma forma de conhecimento produzido sobre o mundo. Temos que ter em mente que todo evento investigado e representado pela literatura se nutre da ficção, mas a sua realidade propriamente dita já não pode ser aprendida, o que se faz é construir uma interpretação da realidade e estabelece-se uma aproximação com a verdade posto que a realidade não está pronta para ser descoberta e sim para ser interpretada e reelaborada. Esses poemas que estamos lidando representam o que está ausente na história do massacre pois possuem uma estrutura narrativa e dramática da tragédia que foi.

Nesse sentido, baseado nas especificidades da estrutura dramática de cada poema e como estamos diante de uma narrativa considerada dramática, todo

movimento investigativo em direção passado ocorre através de questionamentos e respostas estruturados em torno de rememorar os personagens, nesse caso os personagens do massacre que foram assassinados. Para tanto a arte encontra também seu fundamento na razão, o que não significa dizer que a arte reproduz o visível, mas torna visível, quando por exemplo lemos um trecho do poema que com seu sentido poético nos permite imaginar o fato ocorrido, pois a representação e narrativa contida no poema vão atuar efetivamente sobre o processo histórico tanto na ação efetiva quanto no campo simbólico.

Muitos desses poemas reorganizam o discurso aprendido sobre a repressão, a crueldade e o horror, mas porque razões poemas sobre o massacre? O que leva essas vítimas a uma produção poética? Por que contar uma história a partir da poesia? Sigo a hipótese de que sempre se sabe muito pouco, e de que o que se sabe possui sempre uma fragilidade no discurso que pode ser esquecido e que, portanto, é preciso voltar a ele repetidas vezes. A poesia intensifica essa lembrança e não deixa cair no esquecimento, o fato contado de uma forma poética traz consigo uma sensibilidade para acessar o passado, sensibilidade essa que permite acessar de tal maneira os rastros, as marcas etc., tal como coloca Beatriz Sarlo “[...] Essa felicidade da experiência comunicativa tem a meu ver não como os conteúdos semânticos (ou melhor, não só com os conteúdos semânticos), mas com uma relação livre, despojada dos mecanismos formais de produção significativa.” (SARLO, 2005, p.58), ou seja, a escolha pela poesia sugere um sentido oposto ao da sociedade que possui um modelo que não é livre dos imperativos da racionalidade, a poesia traz o desejo de uma felicidade inscrita, possui uma livre circulação de sentidos, “[...] a arte, por sua própria forma, subverte as leis do autoritarismo, portanto em favor das vítimas[...].” (SARLO, 2005, p.58).

1.3. Um Olhar político sobre os Poemas das Vítimas.

Através do texto literário o poeta faz uma leitura do mundo e traz à tona não só o possível, mas também o impossível, o sonhado e o temido. Esses poemas que irei trabalhar detalhadamente ao terceiro capítulo trazem em seus processos simbólicos modos alternativos de percepção que são produtores de imagens significativa para o grupo. Por isso torna-se possível compreender a literatura também como um lugar de memória, visto que os poemas são lugares simbólicos

que dão a sensação de garantir a permanência da memória e da identidade do grupo.

Essa literatura que é produzida por esses sujeitos, um tipo de literatura muito específica traz um gênero trágico que nasceu de fragmentos de memória do grupo que os permitem associar o texto ao contexto explicando o sentido da obra e promovendo um retorno à história do massacre, portanto esse retorno permite não só contar a história. Assim esse vazio existente na história acaba sendo ocupado pelas operações linguísticas, como esses poemas e também pelas operações discursivas subjetivas e sociais na forma como problematizada por Beatriz Sarlo a qual já aludimos no tópico anterior.

A partir disso percebemos que essa literatura produzida por esses sujeitos parte da sua relação com a violência, pois, é ela que ocupa um papel central na memória do grupo e por essas razões que as narrativas nos poemas ressaltam o drama e a brutalidade. Tereza Ramos (2014) diz que esses eventos que configuram nas narrativas que são tanto históricas como literária são essencialmente trágicos e nesse caso a literatura passa a ser “historiografia inconsciente” já que está se valendo de um evento social não como realmente foi, mas como supõem que foi ou poderia ter sido. Logo pode se dizer que as vítimas que produzem esses poemas estão falando pelos mortos, pois os que se salvaram não podem se não lembrar e, no entanto, não podem lembrar o decisivo mas podem testemunhar e esse testemunho é a matéria-prima e a chave para a história.

Percebe-se que as narrativas literárias são textos carregados de significados que se apoiam na memória e na imaginação e que o autor é um intérprete da realidade e dos sentimentos humanos. Nos poemas produzidos pelas vítimas do massacre os autores trazem uma memória constituída pelo trauma, por experiências negativadas, e por uma história que é pouco contada, mas que pela poética se torna mais “interessante”.

O que se percebe é que essas vítimas se valem do seu próprio trauma para lutar por direitos, e isso também pode ser visto como uma forma de superação das experiências traumáticas, pois, por mais que muitos não queiram lembrar o passado se faz presente na vida dessas vítimas fazendo com que muitos se conformem e passem a utilizar essas lembranças de forma ideológica. E a respeito disso Beatriz Sarlo nos fala que:

As “visões do passado” (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. (SARLO, 2005, p.12)

Portanto o passado está sempre em uma relação recíproca com o presente no sentido de uma orientação para o futuro, para tanto o que essas vítimas estão fazendo é justamente resgatar essas experiências por meio da narração para reconstituir sua história e identidade no sentido de uma orientação para a vida futura, a narração dessas experiências está unido à presença real dos sujeitos na cena do passado. Para Beatriz Sarlo, a experiência é tudo aquilo que pode ser posto em relato, algo que não só foi sofrido, mas também vivido e que é também transmitido, ou seja, é uma narrativa sustentada por uma linguagem articulada que dá uma liberdade de sentido aos poemas, que procuram também descrever as transformações das relações no curso da história.

É necessário entender que a literatura usa a linguagem como instrumento para exprimir a ideia, a paixão ou a beleza e que a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as sociedades. No geral, a obra literária é ao mesmo tempo uma história e um discurso segundo Todorov, pois, em certa medida ela evoca uma realidade e acontecimentos que teriam ocorrido e os poemas conseguem trazer as pessoas “reais e vivas” para mais perto.

Uma discussão sobre essa poesia que aqui chamamos de emergente perpassa pelo olhar político, termo que Beatriz Sarlo coloca para essa discussão, segundo ela “[...] um intelectual (talvez se devesse acrescentar: de esquerda) empresta seus olhos e seus ouvidos ao novo e se empenha em escutar os rumores diferenciados no terreno da arte. [...]” (SARLO, 2005, p.60), assim o olhar político se atenta ao novo, aguça a percepção das diferenças descobrindo as fissuras e as rupturas que podem indicar mudanças tanto nas estéticas quanto no sistema das relações entre a arte e a cultura. E como ela bem coloca: “[...] o olhar político torna, neste caso, a reivindicar o impulso de explicitar as diferenças: na estratégia discursiva, nas formas cambiantes de pacto entre criadores e público, na função e no lugar da arte na dimensão de saberes e na construção de espaços próprios. ” (SARLO, 2005, p.63). Para tanto olhar politicamente esses poemas é justamente dar visibilidade e reconhecer esse tipo de arte, um olhar político sobre a poesia dos

sobreviventes seria então descobrir a estética, a forma da escrita, e se atentar ao menos visível e menos audível e é principalmente se opor a ideologia, a moral e a estética estabelecidas pela arte.

Por fim, através dos poemas podemos entender as marcas das relações institucionais tanto no campo empírico quanto no campo intelectual, podemos perceber a presença de conflitos ideológicos e políticos transportados para o campo ficcional, ou seja, pensar no texto literário como um documento é dar a ele legitimidade e perceber o seu discurso de resistência, é perceber que essas vítimas buscam na poética não serem silenciadas e esquecidas.

CAPÍTULO 2 OS DISCURSOS EM TORNO DA HISTÓRIA DOS SOBREVIVENTES DO MASSACRE.

2.1. Uma tragédia anunciada.

Uma data como a do massacre instala gestos de escrita e leitura a partir de uma memória discursiva e isso implica considerar que as palavras não nascem no momento em que são proferidas, mas se inscrevem em um discurso que possui sentidos de repetição ou ruptura, dessa forma a partir da data do massacre é possível trazer não apenas os trabalhadores que foram mortos, mas também a impunidade dos autores do massacre. Como bem coloca Walmir Brelaz, advogado das vítimas, a conjuntura fundiária do Pará existente na época do Massacre, forneceu elementos para que se previsse a ocorrência de tal crime, e como alguns jornais da época destacaram, o Massacre de Eldorado do Carajás foi a crônica de um massacre anunciado. Mas para entender essa afirmação é necessário fazer uma contextualização histórica da violência no Pará e sua relação com os trabalhadores rurais.

A história desses homens e mulheres é uma história de luta, marcada pela violência, muitos desses trabalhadores migraram para a região em busca de terra e no sonho de obter melhores condições, migrações que foram induzidas pelos programas de colonização ou por deslocamentos compulsórios em decorrência de grandes projetos, ou até mesmo por já terem raízes na terra e terem sido arrancados e faltava um espaço para de novo enraizar-se. Muitas vezes ao longo de sua migração, o trabalhador em busca da terra é obrigado a se submeter a diversos mecanismos de opressão, fazendo com que se organizem para lutar, pois há a necessidade da terra, mas há também a necessidade de organização para garantir o sucesso das iniciativas. O MST é um exemplo claro de um grupo político de enfrentamento ao capital e de resistência a opressão com vistas a mudanças institucionais baseadas na agricultura familiar e na reforma agrária. Segundo Walmir Brelaz:

O quadro alarmante da violência agrária no Pará é consequência do processo histórico do desenvolvimento econômico da região Norte, como fatores sociais e políticos que nos levam a compreender algumas de suas causas, incluindo a relação da exploração minerária e agropecuária nas regiões Sul e Sudeste com o Massacre de Eldorado do Carajás. (BRELAZ, 2006, p. 26)

Portanto a chegada dos grandes projetos na Amazônia representa o acirramento dos conflitos de terra no Sudeste do Pará, pois a chegada desses projetos impõe uma nova estrutura sócio espacial modificando assim os modos de viver da população. A implantação do Projeto Ferro-Carajás da companhia Vale do Rio Doce que incluía as minas de Carajás-PA serviu como polo de atração de imensos contingentes de pessoas para as áreas de influência do projeto. Essa população migrante foi atraída pelo emprego, pela atividade garimpeira e principalmente pela disponibilidade de terras na região.

Nesse contexto, Eldorado do Carajás surge de um loteamento particular iniciado por Geraldo Mendonça e por pessoas atraídas pelo garimpo da Serra Pelada. Seu nome, Eldorado do Carajás está ligado ao “boom” do ouro, ao garimpo de Serra Pelada e ao sonho da criação do futuro Estado de Carajás.

No entanto, quando refletimos sobre os dados da violência no Brasil, a reação é de desolamento, já que se trata de uma guerra contra os trabalhadores do campo, uma violência que atinge aqueles que são esquecidos e a todo tempo marginalizados. Todo esse cenário contribui para a intensificação de conflitos no estado do PA, e o Massacre de Eldorado do Carajás é uma prova disso, dado que o episódio continha todos os elementos para terminar de forma cruel. Brelaz⁶ nos apresenta alguns questionamentos para que possamos refletir sobre a previsibilidade do Massacre.

O que justificaria, por exemplo, o fato de todos os policiais estarem sem as tarjas de identificação, já que – segundo alegaram – agiam em missão oficial? Por que a tropa de Parauapebas não assinou as cautelas das armas utilizadas na operação? Por que, após o massacre, o local foi intencionalmente violado, quando o correto seria preservá-lo até a chegada dos peritos criminais? Por que os policiais detiveram os profissionais da televisão que faziam a cobertura do episódio? E, finalmente por que mataram cruelmente trabalhadores rurais mesmo após a desobstrução da rodovia? (BRELAZ, 2006, p. 70)

⁶ O então advogado das vítimas, publicou sua dissertação de mestrado sobre o massacre a situação dos sobreviventes hoje no assentamento.

São questionamentos que nos levam a pensar que o massacre não foi apenas previsível e anunciado, mas também premeditado, como o próprio Brelaz coloca. Pensar em um massacre premeditado é afirmar que os policiais foram com a intenção de matar, uma vez que foram protagonistas de uma operação em que, pelo que os indícios apontam, estariam instruídos a matar já que tomaram precauções para que armas e sujeitos não fossem identificados. Existem acusações de que os policiais monitoravam a caminhada dos sem-terra e estavam cientes da situação dos trabalhadores e dos líderes.

As ações dos policiais ocorreram fora de qualquer base de legalidade, no entanto, a participação da polícia militar no massacre não é um caso isolado e único, é muito comum na região haver milícias privadas ligados aos grandes proprietários de terra formadas por pistoleiros, jagunços e até policiais. Ações como essas dos policiais passaram a ser um marco na escalada de violência no campo paraense, esses personagens são constantemente acionados para reforçar um poder econômico e político das oligarquias tradicionais.

À vista disso, no caso do massacre, houve denúncias de que a PM exterminou por propina um fazendeiro que residia na Fazenda Macaxeira revelou em entrevista ao Jornal Liberal⁷:

[...] que o massacre dos sem-terra foi planejado pelos fazendeiros da região. A testemunha não quis se identificar e está sob proteção da Polícia Federal. Segundo a testemunha, que denunciou a trama ontem ao ministro da justiça Nelson Jobim, e ao diretor da Polícia Federal, Vicente Chelotti, 15 fazendeiros da região pagaram propina ao coronel Mário Pantoja, da Polícia Militar, comandante da operação. Ele contou que três dias antes do massacre foi procurado pelo dono da Fazenda Macaxeira, Pinheiro Neto, que lhe pediu R\$ 5 mil para os gastos com o deslocamento dos policiais. O coronel Pantoja tinha pedido propina de R\$ 100 mil, contou a testemunha, ressaltando que o dinheiro serviria também para a compra de armas e munição. O fazendeiro disse ainda que, enquanto providenciava a quantia, foi informado por Pinheiro Neto de que seriam mortos dez líderes dos sem-terra. “Disse então que não aceitaria participar desse jogo sujo.

A matéria do jornal traz um misto de denúncia e de apelo social, na entrevista é perceptível que aparecem o confronto e a convivência entre duas ordens. De um lado a luta dos trabalhadores rurais por terra e do outro um grupo de proprietários que tentam manter seus bens fazendo o uso de uma determinada “justiça”, fazendo o uso da violência.

⁷ Belém, sexta-feira, 3 de maio de 1996.

Diante disso, como nos diz Eric Nepomuceno, jornalista que escreveu sobre a história do massacre:

Para impedir novas mortes, faz-se quase nada – se é que se poderia fazer alguma coisa concreta contra essa cadeia em que um elo leva a outro, e todos levam à impunidade. A única lei que realmente funciona é a da força, da pistola, dos disparos vindos de algum lugar e dando sempre no alvo certo. (NEPUMUCENO, 2007, p. 36)

O que se percebe é que a violência na região acaba sendo um instrumento para a repressão institucionalizada, uma violência que é cometida de diferentes formas, violência contra o corpo, violência contra a dignidade da pessoa humana, violência contra os direitos delas, e a impunidade que é uma violência que perpetua o efeito da injustiça. É uma violência política que se expressa através de uma dominação entre as classes sociais no campo, podemos pensar também em uma violência simbólica que é expressa por diferentes discursos.

Segundo Bourdieu (1989), partir do conceito de poder simbólico podemos pensar no uso dessa violência como forma de dominação da classe dominante.

“Contra todas as formas de erro <interacionista> o qual consiste em deduzir as relações de força e relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É quando instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <sistemas simbólicos> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de forças que fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <domesticação dos dominados>. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

O que Bourdieu está nos dizendo é que essas classes estão envolvidas em uma luta, que, para além de gerar os confrontos materiais, como no caso em tela, um confronto armado é, também uma luta simbólica na medida em que uma classe, representada aqui nos latifundiários tentam impor a sua definição de mundo social, conforme os seus interesses. Essa luta pode ser por meios simbólicos ou por meio de lutas travadas, como o massacre em questão, onde pessoas não se subjugaram aos interesses da classe dominante, ou seja, os fazendeiros e o próprio Estado, posto que a classe dominante sempre tenta impor a legitimidade da sua dominação. Para Bourdieu, a violência simbólica é uma violência quase invisível, exercida por

meios simbólicos de comunicação e conhecimento, que se estabelece em uma relação de subjugação ou submissão e que resulta em uma dominação.

Podemos pensar nas formas de resistência, como a própria marcha feita pelo MST no dia do massacre que simboliza uma revolta contra o Estado e contra o latifúndio. Existe uma variedade de formas cotidianas de resistência, como a rememoração do massacre, as bandeiras do MST na entrada do assentamento e o próprio monumento, todas essas são formas de resistência e essas formas de resistência possuem o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade é organizada.

2.2. Providências Tomadas logo após o Massacre.

O massacre traz à tona a impunidade que marca a violência no campo, sua repercussão foi imediata e todas as autoridades se manifestaram sobre o caso. No dia 18 de abril, como decorrência direta do massacre, foram instaurados dois diferentes inquéritos policiais: um denominado Inquérito Policial Militar (IPM), ficou a cargo da Polícia Militar e outro denominado Inquérito Policial Civil (IPC), ficou a cargo da Polícia Civil. Os inquéritos militar e civil abertos para apurar o massacre contêm muitas falhas segundo o MST, que levaram a favorecer a absolvição dos culpados. Segundo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará, as principais falhas foram: apenas 55 dos 155 policiais militares envolvidos foram interrogados, não se realizaram exames para detectar resíduos de pólvora nas mãos dos PMs, removeram-se os corpos antes da chegada da perícia, provas sobre os fatos importantes para a elucidação do massacre foram destruídas ou desprezadas, além disso os fatos foram adequadamente distorcidos, e uma série de outras falhas que impossibilitaram uma melhor investigação do caso.

O Estado tendeu para um rápido esquecimento do conflito e tenta sempre apagar o passado dessas vítimas. O tema da narração do trauma de catástrofes nos leva a passar da cena do testemunho para a cena jurídica já que o Direito tende a não garantir espaço para a fala do sobrevivente, pois o Direito como espaço de poder muitas vezes não está isento de parcialidades.

Segundo Márcio Seligmann (2008) o discurso do testemunho passa a ser analisado como uma cena de litígio e não como um discurso sobrevivente e narrativa do sobrevivente. Isso fica ainda mais claro quando analisamos o

“juízo” do Massacre onde se basearam no cenário do crime afirmando “não haver provas documentais de culpa individual” e os advogados de defesa dos policiais “[...] não chegam a dizer que houve um “suicídio coletivo”, mas Américo Leal chega perto quando afirma: “É estranho alguns corpos terem balas de espingarda e cortes de foice. Policiais não usam esse tipo de armas. ” (Istoé e 18/08/1999), tal afirmação se baseia em um parecer médico legal feito pelo Dr. Badan Palhares⁸ que não admitia provar que no massacre tenha havido algo de errado no comportamento dos policiais, e para o espanto da opinião pública o médico fazia a seguinte afirmação: “Afirmando inexistir qualquer caso de execução sumária de trabalhadores, ainda deixava em aberto a possibilidade de os trabalhadores rurais sem terra terem sido mortos pelos seus próprios companheiros! ” (Setor de Direitos Humanos – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1998).

O médico afirma no parecer legal que 42% das vítimas morreram com extensos ferimentos produzidos por armas brancas e conclui que os policiais militares não tinham nenhuma responsabilidade por tais ferimentos, já que as forças policiais, há muito tempo aboliram essas armas como meio de combate. Em contrapartida o Dr. Nélon Massini foi o primeiro legista a identificar a presença de ferimentos produzidos por instrumentos cortantes:

Para explicar isso, construiu a seguinte hipótese – o policial militar dominava o trabalhador rural, retirava de suas mãos seu instrumento de trabalho (foice, enxada e facão) e transformava o que era um instrumento de trabalho em um instrumento de morte – com tais instrumentos golpeava o trabalhador. (Setor de Direitos Humanos – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1998)

Agindo assim o policial evitava um grande problema, não disparava sua arma e isso lhe possibilitaria mais tarde afirmar que somente assistiu o massacre, já que não disparou nenhum tiro, seria, portanto, um inocente observador da chacina.

Nesse caso, utilizar arma branca equivaleria a uma verdadeira licença para matar; poderia então, tranquilamente matar trabalhadores. Através dos exames de balística e do livro de cautela não seria possível identifica-lo, não disparou nenhum tiro. Com certeza, tal policial, conhecendo nossas autoridades públicas, sabia ser extremamente improvável que viessem a ser realizadas em seu uniforme exames químicos com a finalidade de identificar vestígios de sangue dos trabalhadores mortos e feridos. Portanto, uma solução perfeita para policiais matadores com o objetivo de permanecerem

⁸ Médico-legista que elaborou o parecer a pedido do então secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara.

não identificados e, portanto, impunes. (Setor de Direitos Humanos – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1998)

É necessário destacar que no caso do Massacre não houve uma investigação profunda, afinal era a própria instituição policial investigando policiais e em vários documentos percebemos a negligência das autoridades estaduais e federais em apurar os fatos e tomar medidas concretas.

Desde o início das investigações policiais realizadas no âmbito do Inquérito Policial Militar (IPM), percebemos a firme determinação do encarregado (autoridade militar destacada para apurar a ocorrência de crimes militares) Vieira, de se evitar a responsabilização de qualquer pessoa que não estivesse diretamente presente no local da ação policial realizada no dia 17 de abril de 1996, no Km 96 da rodovia estadual PA 150, Município de Eldorado do Carajás. Ou seja, desde o princípio estava assente a decisão de isentar qualquer responsabilidade penal ou política o Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, o Secretário de Segurança Pública, Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara e o Comandante da Polícia Militar do Estado Pará, Coronel PM Fabiano Diniz Lopes. (Setor de Direitos Humanos – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1998)

O que temos diante de nós é uma produção de discursos autorizados que nos situam no que foi o a tragédia do massacre e o desenrolar de sua história. Estamos trabalhando com documentos ditos “oficiais” que nos ajudam em interpretações possíveis para compreender o passado traumático dessas vítimas, posto que os eventos traumáticos possuem um caráter interminável em função de sua constante reelaboração através das memórias. Vemos que nessas falas há um confronto de memória, ambos buscando uma narrativa oficial, de um lado trabalhadores rurais buscando justiça por um ato brutal e de outros policiais tentando se isentar de tal ato contando os fatos a partir de hipóteses inconcebíveis como o fato de culpar os trabalhadores “que em um momento de pânico teriam alvejado seus próprios companheiros”. Segundo Marc Bloch:

O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egíptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente "indireto". Que haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas. (BLOCH, 2002, p. 69)

Portanto como Bloch enfatiza estamos em uma situação de investigador “que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu” e no caso do massacre o que se reproduz é uma história que aqui não se constitui como um tema aleatório, mas com a intenção de se preencher evidências, ou seja, é um trabalho de reconstrução de silêncios, de lacunas e não-ditos, nesse sentido a nossa produção historiográfica desempenha a função de testemunho do passado.

2.3. A Narrativa dos Sobreviventes.

A narrativa das vítimas está marcada pelo trauma. Sabemos que narrar faz parte da vida dos homens e é uma atividade fundamental, uma vez que através da narração é possível organizar as experiências. Para Marcio Seligmann (2008), a linearidade da narrativa, suas repetições, as construções de metáforas, tudo isso trabalha no sentido de dar uma nova dimensão aos fatos traumáticos que são ou costumam ser enterrados pelas vítimas.

[...] nestas situações, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. Aqui a já em si extremamente complexa tarefa de narrar o trauma adquire mais uma série de determinantes que não podem ser desprezados mesmo quando nos interessamos em primeiro plano pelas vítimas individuais. [...] (SELIGMANN, 2008, p.67)

Nesse sentido as vítimas tendem a resgatar os acontecimentos do passado, que foram acontecimentos traumáticos - e que ainda são pra muitos – no sentido de uma orientação para o presente, exigindo, por exemplo, um tratamento médico digno, indenização por danos morais e materiais e sem contar na luta jurídica para responsabilizar civilmente o Estado. No depoimento abaixo podemos perceber isso:

Nós vivemos os mesmos traumas do massacre (...) nós não temos saúde, nós não temos condições físicas nem psicológicas de trabalhar para sustentar nossas famílias. O massacre para nós só vai terminar no dia em pudermos dizer: Hoje nós temos os mandantes presos, temos as nossas viúvas e os nossos mutilados indenizados, aí nós podemos dizer assim: hoje acabou o massacre pra nós. (BRELAZ, 2006. p.78)⁹

⁹ Antônio Alves de Oliveira. Depoimento verbal ao autor, em 15 abr. 2004 – Depoimento encontrado no livro do autor Walmir Brelaz “Os sobreviventes do MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS: Um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana”.

O testemunho dessa vítima está marcado pelo tempo presente quando nos fala “Nós vivemos os mesmos traumas do massacre”, isso porque o trauma é caracterizado por ser justamente uma memória de um passado que jamais passa. Em outro depoimento isso também aparece:

O massacre ainda não acabou, estamos vivendo esta chacina com mais força hoje, pois, além dos sofrimentos ocorridos no dia do massacre, estamos sofrendo nos corredores burocráticos dos hospitais e dos órgãos do Estado, e sentido as dores dos traumas, físicos e psicológicos, deixados pelas balas assassinas dos que decretaram guerra aos pobres neste Estado e no País ¹⁰

Vemos que no decorrer do processo, as vítimas continuam a ser “assassinadas” simbolicamente, uma vez que estão “sofrendo nos corredores burocráticos dos hospitais e dos órgãos do Estado”. Podemos fazer uma reflexão sobre a reação do testemunho diante de um evento traumático. Porque então narrar o trauma? Muitas dessas vítimas narram porque querem evitar o desaparecimento total de suas lembranças.

No entanto testemunhar o trauma é lembrar o que se queria esquecer, é registrar um sofrimento que em muitos casos se deseja apagar, mas devemos ter em mente que é impossível se lembrar de tudo, portanto impossível narrar tudo. Devemos ter em mente que a narrativa como mediadora da memória é seletiva, posto que a exposição do passado reconstruída pelo testemunho parte das necessidades do presente e abre possibilidades para um novo significado sobre o passado. O testemunho desenvolve então um papel essencial na possibilidade de superação do trauma, pois, estabelece uma noção de continuidade e coerência posto que lembrar o passado é assumir a dor como processo de superação da própria dor.

Cada depoimento das vítimas configura-se todos em um único fio condutor maior, o que remete a uma experiência de violência que apesar das nuances é socialmente compartilhada. Vejamos mais um depoimento:

Ô meu Deus, meu Deus, nunca mais deixai eu vê coisa daquela. Meu Deus, eu não estou resistindo. Meu Deus, tanto sangue; tanto pai de família morto, tanto pai de família pobre esperando a terra; e o pessoal aqui enganando e o próprio governo enganando que tava negociando a terra; eles estavam armando a tragédia pra levar a polícia pra matar eles. Eu vi uma cena muito

¹⁰ – Depoimento encontrado no livro do autor Walmir Brelaz “Os sobreviventes do MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS: Um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana”.

triste, meu Deus, um rapazinho e nós correu todo mundo entrou dentro de uma casa e a polícia invadiu, pegou um rapazinho bem novinho pelo cabelo junto com nós e saiu arrastando. Quando chegou lá na frente, bateu nele, bateram muito nele e deram uma cacetada nele e jogou no chão; outro soldado levantou ele e outro soldado deu um tiro no meio da testa dele. O rapazinho se chama Oziel. Uma coisa mais triste e que nem gosto de lembrar daquilo, meu Deus... E ficaram com as armas enfiadas em nós, mais de uma hora, naquele sofrimento e nos humilhando, humilhando, a coisa mais triste do mundo. Nós não tinha direito de dizer nada e nem olhar pró lado nenhum... Meu Deus, meu Deus do céu, tanta gente morta... Meu Deus, meu Deus, acho que se nós não tiver uma punição pelo que aconteceu, nos nunca vai ter punição por nada no Brasil. ” (Mulher testemunha do Massacre – 17. 04. 1996)¹¹

Nesse depoimento, em tom de súplica, há um apelo moral, na tentativa de expor a brutalidade e a degradação tanto moral quanto física das vítimas e ao mesmo tempo rememorar e fixar esse evento como um acontecimento histórico para que tal fato não seja conduzido ao esquecimento por um lado, e por outro, que não seja repetido, daí a súplica “Ô meu Deus, meu Deus, nunca mais deixai eu vê coisa daquela”. Seja como for, esse episódio do massacre está assinalado por um grau de horror extremo. Essas vítimas decidiram registrar suas experiências, já que carregam em suas mentes e seus corpos o trauma, algumas das vítimas são chamadas de “mutilados” por todo grupo do assentamento, por ainda possuírem balas alojadas no seu corpo.

A linguagem passa a ter uma função importante para os indivíduos que passaram por uma situação traumática. Para essas pessoas, a linguagem possibilita dar uma nova significação a essas experiências e por intermédio do seu conjunto de normas pode conduzir a uma organização racional e coerente dos fatos, uma vez que a linguagem ajuda o sujeito a re-construir seu pensamento e vivências de forma que ele possa se comunicar com outras pessoas, mas narrar o trauma do massacre é uma tarefa árdua para o sobrevivente “Uma coisa mais triste e que nem gosto de lembrar daquilo, meu Deus”.

A linguagem tanto na forma escrita quanto na forma oral é uma maneira de registrar a memória, sabemos disso, seja ela individual ou coletiva, registrar essa memória implica evitar que o passado caia no esquecimento e possibilita que outras pessoas tenham acesso a esses registros, como estamos tendo agora. A narrativa

¹¹ Depoimento encontrado no artigo “Movimentos sociais contemporâneos no campo paraense” – Jean Hébette

das vítimas evoca um passado que ainda a todo custo tenta ser arrancado da memória das vítimas.

A propósito, Benjamin declara que a narrativa não é uma experiência superficial, pois “[e]la mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (205). Além disso, as histórias do narrador remetem a uma narrativa que se dá espontaneamente, já que narrar implica a capacidade de trocar experiências. Contudo, essa capacidade nem sempre é desenvolvida com êxito após experiências traumáticas, pois, para narrar tais acontecimentos, o sujeito, na maioria das vezes, sente dificuldade em encontrar nas palavras uma carga semântica que dê conta de forma satisfatória da representação desses eventos. Todavia, superada essa condição, juntamente com a narrativa, surge a possibilidade de algumas transformações. (Vanderléia de Andrade Haiski URI-FW, RS, Brasil)

Diante disso vemos a partir do relato da vítima do massacre essa impossibilidade de narrar de forma uniforme, vemos que no relato a vítima demonstra dificuldade em encontrar “palavras com uma carga semântica que dê conta de forma satisfatória da representação” e por isso, a todo momento, ao rememorar a vítima evoca Deus: “Ô meu Deus, meu Deus, nunca mais deixai eu vê coisa daquela. Meu Deus, eu não estou resistindo. Meu Deus, tanto sangue. ”. Mas em geral os sobreviventes de atos como o massacre levam anos até que consigam verbalizar tais acontecimentos, uma vez que o silêncio é a primeira barreira a ser vencida para a superação da dor. Essa a evocação de Deus se explicaria como artifício de linguagem onde a vítima tenta encontrar uma linguagem que traduza tanta dor, se remete a Deus que é quem melhor lida com dor humana, sendo cristo o maior exemplo de suportar uma dor

Sobre o silêncio é necessário entender que muitas vítimas preferem o silêncio sobre o passado como forma de melhor conviver com o trauma. No entanto, essas narrativas apresentam particularidades que permitem enquadrá-las nos relatos de testemunhos, pois o testemunho desses sobreviventes dá voz aos que foram silenciados, aos que não tiveram oportunidades de registrar suas memórias como uma forma de denúncia pelo ato: “Meu Deus, meu Deus, acho que se nós não tiver uma punição pelo que aconteceu, nos nunca vai ter punição por nada no Brasil. ”. Não são apenas os testemunhos da oralidade que expressam a dor, como já foi frisado existe uma variedade de forma dessas vítimas expressarem sua dor e indignação, a poética, a música, o teatro e a própria narrativa.

Dentro desse contexto a representação literária da violência e dos conflitos tornou-se um espaço de análise da produção de memória enquanto uma forma

identitária, o ato da narrativa é muitas vezes o exercício da memória, mas por outro lado toda a produção de memória implica uma dimensão narrativa. A inclusão da produção poética no conjunto das narrativas enquadra-se nas modalidades e condições específicas da produção da memória.

Nessa relação entre literatura e memória nos poemas dos sobreviventes podemos destacar três aspectos:

- 1 – Há uma construção da memória literária, através da prática textual;
- 2- A literatura acaba obtendo a função de ferramenta de memória individual e coletiva;
- 3 – E os poemas possuem sentido de luta, resistência e sobrevivência da cultura camponesa.

Para os sobreviventes a produção poética é um momento em que o grupo vive as suas convicções e semeia o entusiasmo contagiante. Nota-se que nos poemas há certa conotação de esperança e a certeza da vitória, apesar da ênfase no trauma são poemas que contém um misto de pensamentos e ação, traz uma realidade que mais se vive do que se fala. É na verdade um misto que traz a crença no valor da vida, da dignidade e do trabalho. É a vivência e ao mesmo tempo a manifestação do que se passa no coração dessas pessoas, pessoas essas que lutam para dar sentido à sua existência. E por fim, é também uma paixão que anima a militância.

Em um depoimento encontrado no caderno de formação do MST número 354 é colocado a seguinte questão por um militante:

Nós fomos ensinados a ter vergonha de falar e de se expressar a crença e o jeito de ser de cada um. Há pessoas que acham isso bobagem e sentimentalismo... [...] não podemos considerar cultura somente aquilo que está ligado com à arte. A arte é capacidade que o ser humano tem de criar. Logo temos capacidade de criar músicas, mas também criamos a luta, as escolas, os barracos, as casas, o método de fazer reuniões, as marchas etc. Significa que tudo isso vai se transformando em cultura. (Caderno de formação do MST)

Em convívio informal com alguns sobreviventes vi que a poética é uma paixão que anima o movimento, é quase um alimento que revigora esses sujeitos para saber lidar com o trauma, mas é necessário destacar também que para eles a produção narrativa a partir da poética não é uma mera distração para fugir das decepções e das dificuldades do trauma. Além dos poemas contendo a materialidade histórica e discursiva com sentidos de luta e sobrevivência, há

também formas, simbólicas, de trazer à tona essa narrativa do trauma, como o monumento erguido em homenagem às vítimas. Para o movimento, o monumento:

O monumento Eldorado Memória, quer representar a determinação de não esquecer. Que a sociedade se aproprie criticamente da sua história em todas as dimensões, e a transmita aos que vão nascer. A memória dos trabalhadores é inseparável de sua cultura. Por isso além da palavra que pode o grito se não se perpetua? Queremos fixar na pedra, no concreto, os fatos terríveis que os trabalhadores sem-terra têm vivido neste período da história do Brasil.¹²

Carajás tornou-se uma atração. A curva perigosa revela a nostalgia que agora termina de cara com o grande monumento de castanheiras refinadas no chão. Uma para cada lutador, depois de terem sido derrubadas e queimadas, foram novamente levantadas, e como tições apagados, vingam-se do próprio Estado denunciando que os latifundiários não matam apenas gente, matam árvores e tudo que tem vida, porque temem as sementes. (Ademar Bogo, 2006, militante do MST)

A partir desses depoimentos vemos que Carajás se tornou uma referência de combate os desmandos e violência no Pará e que por meio do monumento significam resistência à injustiça, à exploração, à expropriação e o trabalho escravo sofrido por esses trabalhadores. Vemos que o lugar e o monumento, são significativos, e os sobreviventes o criaram com o intuito de preservar a memória apesar das passagens no tempo, há aí a perpetuação de uma memória, onde os sobreviventes querem “fixar na pedra, no concreto, os fatos terríveis que os trabalhadores sem-terra têm vivido...”. O monumento traz valores, imagens e símbolos do grupo que se pretende inscrever na consciência da coletividade vinculando uma mensagem “denunciando que os latifundiários não matam apenas gente, matam árvores e tudo que tem vida, porque temem as sementes”.

Outro aspecto interessante que destaco são os poemas que são produzidos pelas crianças dos assentamentos, pois nas escolas são desenvolvidos os valores e os sentimentos que sustentam a luta do MST, segundo eles, só assim estarão contribuindo para dar continuidade e qualidade do movimento através das novas gerações. Encontramos um caderno organizado pelo MST com o seguinte título “Como Trabalhar a Mística do MST Com As Crianças”¹³ no qual diz:

O texto que apresentamos a seguir traz um conjunto de sugestões de como trabalhar a mística, especialmente nas escolas de 1º grau dos nossos Assentamentos e Acampamentos [...] são apenas algumas dicas, cabe ao professor criar junto com as crianças novas formas de cultura e reinventar nossos símbolos, nossa arte e nossa história.

¹² Documento em campanha de solidariedade às vítimas do Massacre – Fonte disponibilizada pela CPT – Xinguara.

¹³ Caderno de Nº 2, janeiro de 1993.

É perceptível que o movimento usa a Escola também como um espaço em que se cultivem momentos e que se criem com as crianças novas formas de expressar a luta da qual fazem parte. Nos cadernos de formação¹⁴ são destacados os aspectos do MST que devem ser trabalhados com as crianças para a mística que incluirá dança, música e poemas. Portanto devem ser trabalhados principalmente os objetivos do MST que são:

1. Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2. Lutar por uma sociedade sem explorados e exploradores; 3. Ser um movimento de massa autônoma dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária; 4. Organizar os trabalhadores rurais na base; 5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6. Dedicar-se a formação de lideranças construir uma direção política dos trabalhadores; 7. Articular-se com os trabalhadores a cidade e da América Latina.

No caderno os militantes também destacam que devem ser trabalhados com as crianças as principais reivindicações do MST bem como:

1. Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores; 2. Estabelecimento da área máxima para propriedades rurais; 3. Desapropriação de todos os latifúndios; 4. Desapropriação das terras das multinacionais; 5. Demarcação de todas as áreas indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres em áreas da região; 6. Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores; 7. Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor; 8. Fim da política de colonização.

Diante disso vemos a importância que é dada à valorização de valores do movimento. Nessa perspectiva as crianças são ensinadas a reconhecer a luta do movimento por meio de suas narrativas, encontramos também alguns poemas produzidos por crianças da 8^o série¹⁵, abaixo estão alguns:

“O acontecimento
 No dia 17 de abril
 Coisa horrível aconteceu
 Quando 19 companheiros. Do MST morreram.
 Lutando por um pedaço de chão para o alimento plantar
 E seus filhos alimentar
 Mas uma coisa horrível aconteceu
 Eles não sobreviveram.

¹⁴ Cadernos de Formação do MST – Fontes disponibilizadas pela CPT-Xinguara/PA

¹⁵ Poemas escritos pelos estudantes da 8a. série da Escola Municipal Oziel Alves Pereira, no Assentamento 17 de abril, em 15/04/2005.

O Massacre de Eldorado aconteceu.
 E na curva do S eles morreram.
 Um Sem Terra lhe pediu
 Um pedaço de chão
 Mas o que lhe deram
 Foi um balaço no coração”

Escrito por Sonia Pereira da Silva

“Olha meu irmão
 Veja que situação
 Morreram 19 companheiros
 Lutando por um pedaço de chão
 Dia 17 de abril queremos homenagear
 Esses 19 companheiros
 Que não conseguiram escapar
 E realizar seu grande sonho
 Que era ganhar uma terra para trabalhar
 Todos diziam consigo.
 Agora a coisa se encerra
 Na região de Eldorado
 Vai começar uma guerra
 De polícia e pistoleiros
 Contra os coitados dos Sem Terra
 Eram 12, 16 e 20
 Eram essas cartucheiras
 Carabina perfura
 38 de primeira
 Quem entrasse ia para o tiro
 Foram estas ordens primeiras...”

Essas crianças estão tentando interpretar e entender experiências que não viveram, porém, que fazem parte de suas relações com o mundo. É uma literatura muito específica e que ainda não é reconhecida e valorizada, mas passa a ter um compromisso com o real, não podemos nos enganar de que a literatura irá pacificar a cena do trauma e seu testemunho, porém é nela e nas artes onde a voz dos sobreviventes pode ser mais bem acolhida. Representar o massacre equivale a recuperar segmentos perdidos, ocultos e marginalizados. Representar o Massacre por meio da poética é também uma estratégia de representação da violência e dos traumas e uma produção de discurso de luta, igualdade e nesse caso específico de justiça.

Roseli Caldart afirma que o MST não é só um movimento político, mas um movimento político e pedagógico:

[...] pensarmos o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos. (CALDART, 1999, p. 209)

O MST oferece elementos importantes para a construção de um conhecimento voltado para o entendimento do próprio movimento, ou seja, busca-se uma educação libertadora e livre de alguns padrões sociais e culturais impostos.

2.4. A narrativa do Herói.

Partindo do pressuposto de que a literatura materializa os valores ideológicos de um determinado grupo, pretendo também refletir sobre as relações existentes entre o perfil dos personagens da narrativa, especificamente a narrativa de Mártir e Herói de Oziel Alves Pereira, uma das vítimas assassinadas no massacre.

Mas discutir a construção ideológica, simbólica e discursiva da figura do “herói” equivale a fazer uma discussão da função social do herói e da heroificação, pois a consciência humana é buscada na relação entre os sujeitos construídos historicamente.

A produção literária, particularmente, a ocidental sobre a figura do herói realmente assenta-se no maniqueísmo, na unilateralidade e no sucesso do herói. Estes elementos são centrais para compreensão da criação discursiva do herói pela reiteração de determinados traços semânticos como a imortalidade, a invencibilidade, a superação do conflito moral e ético, incidindo sobre a ativação de um sentimento de identidade coletiva: o herói fala aos anseios de uma maioria, dá contornos precisos ao que num dado momento representa os seus anseios e angústias. (MAGALHÃES, SILVA, BATISTA, 2006, p. 19)

Partindo dessa inspiração podemos pensar em Oziel como uma figura elevada ao patamar de herói e mártir porque o seu sacrifício serviu de exemplo para o coletivo, de alguém que não mediu esforços para lutar, de alguém que possuía a bravura de um herói. Em muitos relatos percebi que Oziel não chegou a ser um menino de rua, mas enfrentou problemas familiares e vagou durante muito tempo até encontrar o acampamento do MST e com apenas 17 anos tornou-se um dos líderes. Descobriu que a ocupação não era somente por terra, mas era por um caminho de liberdade, pela dignidade, justiça e liberdade. No dia do massacre, Oziel estava no caminhão de som a incentivar a mobilização pois como diziam “ele animava o movimento”.

Homenageamos esse lutador e todos os outros 18 mortos de Eldorado, em nome também dos meninos que enfrentam, na vida urbana, as atrocidades

da tortura e as prisões decorrentes da falta de perspectivas de vida, de escola, de emprego e de futuro. Oziel via futuro para a sua geração e para as outras por vir. É importante que histórias como a dele e a de outros brasileiros tornem-se conhecidas, porque ele não morreu na solidão, morreu pela multidão de cidadãos que lutam pela dignidade do povo brasileiro, à margem do mercado, da propriedade e da solidariedade.¹⁶

Segundo Campbell, (1949) o herói é justamente o homem ou a mulher que conseguem vencer suas limitações históricas e que sempre morre de forma honrada. No entanto, a narrativa do herói sempre esteve presente no imaginário desde os primórdios da história humana. A criação do herói nos permite enxergar motivações e personalidades específicas que situam o homem no mundo. Apesar do final não muito feliz de todos os heróis, suas histórias sempre são lições de vida, ensinam ao leitor valores morais e os benefícios dos sacrifícios pessoais.

Segundo Igor Fernando (2014):

Não se pode negar o lugar de destaque do herói no campo da psique e emocional de qualquer indivíduo. Seja um ente familiar, um professor um líder religioso ou político, construímos, muitas vezes de forma inconscientes, um arquétipo heroico que direciona o percurso de nossas ações ou, sob um olhar menos pretencioso, auxilia na formação dos níveis de psique desenhados na memória. Se o papel do personagem heroico é significativo na memória e nas ações individuais, o seu papel torna-se imprescindível na vida social e na formação da identidade coletiva. (FERNANDO, 2014, p.41)

Assim, as ações de personagens como Oziel fazem parte da memória do grupo. Mas Oziel é retratado em um contexto literário que se associa a uma perspectiva popular. Hoje Oziel é considerado pelo grupo como um mártir e sua memória é muito viva no grupo. Tornou-se nome de assentamentos e escolas e há também vários poemas que constroem uma memória que o ratifica como mártir e o colocam como um jovem guerreiro que lutava pela justiça e contra a impunidade, como os poemas abaixo expressam:

[...]

Agora
Um governo assassino tirou
Definitivamente
A tua oportunidade de viver

Foste executado barbaramente

¹⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1704200109.htm>.

Por uma polícia formada, ironicamente,
 Por filhos de lavradores
 Treinada para matar seus iguais, em nome da ordem e da legalidade.

Percebe-se a intencionalidade do poema no sentido de responsabilizar o Estado pela morte de Oziel ao mesmo tempo em que denuncia o submetimento dos trabalhadores rurais por meio da “ordem e da legalidade” à medida que o poeta lamenta a ironia do braço armado ser constituído por “filhos de lavradores”.

[...]
 Porem tua luta e teu martírio
 Não serão em vão
 Reforça nosso compromisso
 Na luta pela reforma agrária
 E por justiça no Brasil.

Só não queríamos
 Pagar um preço tão alto.
 (Marco Aurélio Ramos Fonseca – MA)¹⁷

O poema se encerra alçando o menino de 17 anos à condição de mártir, portanto a condição de um “marco” de memória que reforçará o compromisso do movimento “na luta pela reforma agrária, pois, a luta e o martírio de Oziel não serão em vão”.

Fica compreensível que o discurso do herói possui uma importância impar na literatura, para o autor toda personagem literário representa uma união de valores do grupo a qual cada membro se identifica. Um herói popular como Oziel não só agrega elementos do grupo como também do social. Este é o caso do poema “Oziel está presente”, reproduzido a seguir:

Oziel está presente

Aquele menino era filho do vento
 Por isso voava como as andorinhas
 Aquele menino trilhou horizontes
 Que nem um corisco talvez ousaria
 Levava no rosto semblante de paz
 E um riso de flores pro amanhecer
 sol da estrada brilhou sua guerra
 Mirou o seu povo com olhar de justiça

¹⁷ Poema encontrado em uma fonte disponibilizada pela CPT-Xinguara intitulado “Carta aos brasileiros”, publicação patrocinada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em conjunto com o MST, CONTAG, CPT-Nacional, CIMI, INESC, IBASE, OAB, CAPOIB, PDT, PSTU, PCdoB, PT, CUT, MNTR, CMP, Sindicato dos Bancários de SP. t.d., s.n.

Pois tinha na alma um cheiro de terra
 Tantas primaveras tinha pra viver
 Pois tão poucas eras te viram nascer
 Beijou a serpente da fome e do medo
 Mas fez da coragem seu grande segredo,
 Ergueu a bandeira vermelha encarnada
 Riscou na reforma um 'a' de agrária
 E assim prosseguiu.
 Seguiu cada passo com uma fé ardente
 A voz ecoando na linha de frente
 Em tom de magia numa melodia de estar presente
 E a marcha seguia, seguiam os homens,
 Mulheres seguiam, crianças também caminhavam
 Mas lá onde a curva fazia um 'S'
 Que não se soletra com sonho ou com sorte
 Pras bandas do norte o velho demônio
 Mostrou seu poder.
 Ali o dragão urrou, o pelotão apontou,
 As armas cuspiram fogo, e dezenove
 Sem-terra, a morte fria abraçou.
 Mas tremeu o inimigo com a dignidade do menino
 Inda quase adolescente, pele morena, franzino
 Sob coices de coturno, de carabina e fuzil
 Gritou amor ao Brasil, num viva ao seu movimento,
 E morreu!
 Morreu pra quem não percebe
 Tanto broto renascendo
 Debaxo das lonas pretas, nos cursos de formação
 Ou já nos assentamentos,
 quando se canta uma canção,
 ou num instante de silêncio
 Oziel está presente,
 Porque a gente até sente,
 Pulsar o seu coração.

(O compositor, poeta e músico do MST, Zé Pinto, é autor da poesia em homenagem a Oziel Alves Pereira)

Personificando o próprio MST, o personagem Oziel é preenchido com figuras de linguagem atraídas diretamente pelas funções lúdica, pedagógica e política do movimento social, como, por exemplo, a expressão 'inda quase adolescente', uma

metáfora do próprio MST, um movimento social bem recente no cenário das lutas camponesas no Brasil. Essa atração também aparece ao caracterizar o menino como 'franzino', figuração da fragilidade do movimento em sua luta contra o Estado 'poderoso', que é representado pelos 'coturnos, carabinas e fuzis'. No momento da morte, contudo, surge o herói-menino, que 'gritou amor ao Brasil' e que, como marco de memória, faz renascer o movimento, 'debaixo das lonas pretas, nos cursos de formação e nos assentamentos'. Entretanto, para além dessas funcionalidades, há, no poema, algo de genuinamente concebido como gosto, como aspiração do poeta e do homem do campo: o chamado da terra, da natureza, que parece surgir no poema como o contraponto do trauma e da luta, uma dimensão da vida do trabalhador/poeta, tratando-se do descanso da alma, refúgio das fadigas, momento que Oziel, 'filho do vento', podia voar com 'as andorinhas'.

Nos seis primeiros versos do poema, os programas político e pedagógico são colocados em suspenso por um eco bucólico, que busca repor, por meio da linguagem, a vida anterior ou mesmo o momento anterior ao ataque brutal sofrido. O rompimento drástico e trágico é antecedido pelo 'riso das flores ao amanhecer'. Realizando estudo de Literatura Comparada entre as *Bucólicas*, de Virgílio, e *Maria de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, Leandro César de Albuquerque Freitas faz uma reflexão interessante sobre o poema bucólico. Segundo ele, esse gênero efetua:

Na própria estrutura textual aquilo mesmo que faz no tema: a fusão do indivíduo com o mundo que o cerca sem que ambos percam sua situação de entidades autônomas. Essa situação aparentemente paradoxal projeta um tipo de composição muito rica em que o 'eu' se expressa através de cores mais nítidas. Isso porque na formação das imagens sempre resta um resíduo objetivo dos signos usados para compô-la, de modo que o tropo final possa ser desdobrado não apenas em termos do eu que se expressa, mas também dos elementos usados em sua composição (FREITAS, 2008, p. 14).

Obviamente, o poema em referência não é bucólico, mas há expresso nele esse tom pastoral, que reivindica a relação do homem com a terra não como algo apenas social, mas como imanência que funde o riso de Oziel com as flores e o amanhecer, quer dizer, funde-se o próprio Oziel com os pássaros e com os ventos, compondo, então, uma imagem afetiva que emociona por evocar sentimentos e paisagens belos e sublimes. Apesar de comprometido no momento seguinte com a retórica e a estética política, nos referidos versos o gozo do descompromisso, da

liberação, nos remete ao sentir o potencial de se compor uma linguagem capaz de traduzir esse sentimento poético em outra direção que não somente a agendada pela luta. No entanto, a dor de quem teve suas primaveras interrompidas pelo ‘beijo da serpente da fome e do medo’ não pode ser apagada e, ‘em tom de magia numa melodia de estar presente’, ‘a marcha seguia, seguiam os homens’, ao que completamos: seguia o poeta.

Essa ordem cíclica presente no poema joga com a dor e com o sofrimento trágicos, mas também dá vigor aos sentimentos de renovação e de aproximação entre passado e presente, entre mortos e vivos, pois, como explica Tzvetan Todorov (1968), a obra literária, no geral, e a poesia, por extensão, são, ao mesmo tempo, uma história e um discurso que, ao evocarem acontecimentos, também conseguem trazer, em certa medida, pessoas *reais e vivas*, ainda que estejam mortas, para mais perto.

2.5. O Estigma e o Termo Massacre.

A memória do massacre acabou criando um estigma para a cidade de Eldorado do Carajás, ou seja, por ter sido o palco do massacre passou-se a ver a cidade e não somente ela mais o Estado todo com um olhar negativo. Esse estigma acaba sendo reproduzido por diversos autores e até mesmo pela própria historiografia, pois ao passo que se fala de Eldorado do Carajás recorrentemente remetem ao massacre, que não raro é utilizado como “símbolo” da violência no Estado do Pará, como se a cidade fosse conhecida apenas por tal acontecimento trágico, e isso acaba ficando impregnado na memória não só desse grupo, mas da sociedade paraense em geral. Porém como nos diz Walmir Brelaz em sua análise sobre todo o processo:

[...], no entanto, não significa dizer que essa cidade apenas teve a infeliz coincidência de estar no caminho da manifestação dos sem-terra; ao contrário, como já mencionado, ela faz parte de uma região onde mais se deu o processo de desenvolvimento econômico promovido pelo governo federal, e por consequência, tornou-se campo de intensos conflitos agrários. (BRELAZ, 2006, P.33)

Mas o que está em questão aqui é o fato dessa cidade ter sido estigmatizada por ter sido palco do massacre, pois há toda uma construção em torno dessa

questão já que essa região é praticamente considerada a porta de entrada do Pará principalmente no aspecto econômico.

Segundo Zélia Maria de Melo (2001), a palavra estigma costuma representar algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça a sociedade e também uma identidade que é deteriorada por uma ação social, como o massacre que foi uma ação que imprimiu um estigma na região, de que o estado é extremamente violento e de fato é, no entanto na região não existe apenas a violência seja ela urbana ou rural, há sim outros aspectos culturais que a caracterizam. A região foi estigmatizada socialmente e isso produz um amplo descrédito tanto para a própria região como para os sujeitos, fazendo com que se criem marcas internas que podem sinalizar uma diferença de identidade social.

A estigmatização assume um papel central na vida dos sujeitos estabelecendo diferenças no amplo contexto social. Esses estigmas sociais são representações simbólicas que se constroem a partir da realidade dos sujeitos. No entanto, essas representações têm muitas origens, podem vir da própria historiografia produzida sobre a região que enfatiza e legitima esse discurso, que vale ressaltar ora é acionado por diversos movimentos sociais em aspectos positivos e negativos de acordo com seus interesses.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, que dizem de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. Por outras palavras, as características que os etnólogos e os sociólogos objectivistas arrolam funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como o são na prática. Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-la praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador. (BORDIEU, 1989, p. 112)

Com relação a essa produção de discursos da qual Bordieu nos fala encontramos a seguinte afirmação em documentos do setor dos Direitos Humanos do MST:

A tensão social provocada pela concentração injusta de terras, aliada a omissão do Governo Federal no equacionamento desta desigualdade, a proteção aos latifundiários e a reinante impunidade faz com que nesta área os conflitos fundiários sejam graves e constantes e o emprego da violência

por parte dos fazendeiros seja um meio natural para a solução destes conflitos. O estado do Pará ocupa o primeiro lugar em assassinatos de trabalhadores rurais. (1998, Setor dos Direitos Humanos – MST)¹⁸

Para tanto, ao passo que se aciona e legitima que a região é violenta – e de fato é – Se faz uma apelação a partir desse discurso, ou seja, se denuncia a violência da região e ao mesmo tempo é um discurso criado a partir de interesses principalmente dos movimentos sociais como a CPT e o próprio MST, interesses esses que são utilizados em favor dos trabalhadores rurais. Para Bordieu (1989) qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui tanto para favorecer o acesso a região como para o seu reconhecimento e à sua existência.

E nesse sentido Bordieu afirma que o estigma produz a revolta contra o próprio estigma que sempre inicia com o reconhecimento público do estigma, também pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização. A reivindicação regionalista é também uma resposta à estigmatização, a luta simbólica tem fundamentos e efeitos simbólicos, e o que está em jogo é poder de criar e recriar identidades, portanto, as lutas regionalistas são lutas contra a estigmatização como já mencionado.

E se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela privação de capital econômico e simbólico em relação à capital, não teria que reivindicar a existência, ou seja, é porque existe uma unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam são levados a lutar para alterarem a sua definição e para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas.

Segundo Luciana Miranda Costa (1999), em 1988, a região vivia uma espécie de “regime do terror”, com relação a essa afirmação é necessário destacar que nesse período a região de Eldorado dos Carajás passava por um momento turbulento de emancipação e de grande migração devido ao “boom do ouro” de Serra Pelada.

Para o historiador Antunes de Medeiros:

[...] O entendimento do “ritmo próprio” do desenvolvimento dessa região em minha compreensão se deve em grande medida às formas pelas quais a violência foi nela experimentada, e nessa experiência transformada em

¹⁸ O Massacre de Eldorado do Carajás – Pará – Brasil/Fonte disponibilizada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

valores, em trabalho, em economia e, em última instância, numa cultura de violência. Dessa forma a violência é entendida como uma construção cultural que se dá por meio das formas pelas quais os homens vivem o mundo e não como um atributo "natural" ou "inerente" a determinados sujeitos. Nesse caminho também é possível perceber que as várias formas de violência experimentadas numa dada região são utilizadas, de forma arbitrária, para caracterizá-la como uma região "predisposta" à violência por ser "atrasada". (MEDEIROS, 2013, p.14)

E, portanto:

Nesse sentido, o primeiro problema que se deveria colocar seria a questão da "região" ser uma construção intelectual (no campo científico) e que as representações construídas acerca de uma região são resultantes da interação entre as "visões de dentro" e as "visões de fora", incluindo aí o olhar do próprio pesquisador. Colocar-se no centro desse problema é crucial para qualquer pesquisador [...] (MEDEIROS, 2013, p.6)

É necessário que haja uma discussão sobre a noção de espaço que nos leva a compreensão das relações sociais tanto conflituosas quanto consensuais que nos permitem entender os modos de vida dos sujeitos com as tensões e até as interações, pois existem espaços que só se configuram e podem ser definidos em função de seus conteúdos específicos. Portanto a definição de uma dada região faz parte de um processo de construção, há por exemplo um discurso regionalista que é voltado para a discussão da identidade de uma região e o discurso científico, voltado para descrever as relações regionais, a partir disso podemos pensar no termo massacre como uma forma de trazer à tona a discussão do estigma e identidade da região.

Pensar no termo massacre significa trazer à tona uma discussão de conceitos a partir da semiótica pois estamos falando do ato de significar e de dar sentido, uma vez que todas as coisas do mundo têm sentido para nós.

Como Brelaz coloca (2006), após o ocorrido no dia 17 de abril várias denominações foram atribuídas bem como "conflito", "confronto", "chacina" e "massacre", termo este abordado por nós.

Não se trata de simples preferências etimológicas ou de semânticas, mas também, de se pretender imprimir uma carga ideológica sobre o fato. Neste aspecto, identificam-se duas vertentes de manifestações: os que consideram o episódio como um confronto ou conflito; e os que os classificam como uma chacina ou massacre. (BRELAZ, 2006, p. 63)

Para Ugo Volli:

Em vez disto, no processo que chamamos de significação, o emissor ou está ausente, ou é virtual, ou pode ser considerado uma projeção do destinatário, sendo este último o que realiza uma situação de tipo comunicativo, decidindo (ou optando) considerar um certo elemento da realidade como mensagem. Tratar alguma coisa como mensagem significa atribuir-lhe importância em relação à realidade, isto é, supor que exista um contexto (segundo a terminologia acima empregada) ou um conteúdo a qual ele remete ou se refere. (VOLLI, 2007, p.31)

Dessa maneira o ato semiótico não consiste na produção de sinais, mas na compreensão de um sentido, aqui em questão o sentido do termo massacre, isso significa situa-lo e perguntar-se sobre o porquê desse objeto e antes de tudo sobre sua diferença com relação ao contexto. No contexto do massacre houve uma grande importância dada ao termo e o sentido que se daria ao que acabara de ocorrer, o advogado das vítimas demonstra sua clara preocupação em categorizar e definir o “ato” como um massacre, segundo ele o termo massacre significa massacrar, ou seja, matar cruelmente por situação humilhante. Mas há um jogo de interesse no sentido que irá ser dado ao ato, principalmente na questão judicial. Ele faz a seguinte afirmação:

Sem pretender torna-lo absoluto, neste trabalho está sendo adotado o termo massacre, considerando que há elementos suficientes para se acreditar que os sem-terra realmente foram vítimas de uma ação violenta por parte dos policiais que se encontravam em situação infinitamente superior, e que agiram além do necessário. Fato que pode ser constatado, inclusive, pela simples visualização das fotografias dos trabalhadores rurais assassinados. (BRELAZ, 2006, p. 65)

Determinaremos de imediato o que deve ser entendido por massacre. Do ponto de vista semiótico *significado* é um conceito resultado de uma construção cultural que permite compreender um determinado campo da realidade. Em cada particular situação do uso, a palavra assume um sentido específico, relativo a determinado uso concreto ou não, ou seja, o significado é um conjunto de todos os possíveis sentidos que algo pode ter. Sabemos que um massacre consiste em um tipo de assassinato na qual se matam várias pessoas ao mesmo tempo e caracteriza-se porque as vítimas são ou estão indefesas, não possuem tanta possibilidade de defesa. A principal característica que se mantém em relação a esse ato é o fato desigual de condições entre o agressor e a vítima.

Nesse sentido do uso do termo, Brelaz (2006) coloca que, os policiais se reportavam ao fato como sendo um “confronto” como se os dois lados estivessem em iguais condições. Ele faz a seguinte citação da Folha On Line:

O cinismo ficava por conta das voltas linguísticas que éramos obrigados a dar para tratar do assunto nas perguntas. “Confronto em Eldorado”, “operação policial”, “violência que saiu do controle”, “fatos lamentáveis da PA-150” eram os eufemismos mais comuns. A palavra “massacre” dava calafrios nos marqueteiros de Almir e quase fez o comandante da PM Coronel Fabiano Lopes encerrar uma entrevista. “Se você vai começar a entrevista, nesses termos, acabamos aqui”, disse ríspido Lopes.¹⁹

Vemos que há uma produção de discurso que tenta ser simultaneamente controlado, selecionado e organizado no intuito de disfarçar o temível e pesado discurso de que foram culpados pelo massacre. Segundo Foucault, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearmos...” (FOUCAULT, 1970, p. 10), pensemos então na luta pela posse do discurso, pois quem se apodera do discurso se apodera do poder e instaura relações que podem ser impositivas e ditadas como verdades, no caso do massacre se busca uma coerência no uso da palavra para legitimar e melhor justificar o ato e a legitimidade aqui é um dispositivo da dominação que procura naturalizar a ação.

¹⁹ Citação encontrada na Dissertação do Advogado das vítimas – Walmir Brelaz

CAPÍTULO 3 POÉTICA DA DOR NAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE UM MASSACRE.

3.1. A Poesia como Forma de Libertação do Trauma.

Começamos este capítulo por pensar a poética em si, sabemos que a poética busca desvelar as coisas através da sua linguagem simples, portanto a ação poética é um fazer, um expressar e um articular da linguagem para dar sentido a algo, ou seja, ela articula elementos para expressar uma visão de mundo é então um trabalho subjetivo e de sensibilidade. Segundo Décio Pignatari:

O poema é um ser de linguagem. O poeta faz linguagem, fazendo poema. Está sempre criando o mundo. Para ele, a linguagem é um ser vivo. O poeta é radical (do latim, radix, radicis = raiz): ele trabalha as raízes da linguagem. Com isso, o mundo e a linguagem do mundo ganham troncos, ramos, flores e frutos. É por isso que um poema parece falar de tudo e de nada, ao mesmo tempo. É por isso que um (bom) poema não se esgota: ele cria modelos de sensibilidade. (PIGNATARI, 2005, p. 12)

Os poemas oriundos dos movimentos sociais são esses objetos que nos permitem olhar para o passado e principalmente captar o sofrimento e a dor de muitas vítimas. Artefato que, de um lado, provoca emoções e, por outro lado, irradia o clamor por justiça e o apelo por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais e da sociedade, de um modo geral, como neste poema, transcrito a seguir, escrito pelo professor Charles, um dos professores da escola do assentamento 17 de abril.

19 Anos de Impunidade

Somos um povo brasileiro
De muitas lutas e glórias
E seremos sempre companheiros
Buscando novas vitórias

Nesta busca por vitórias
Um caminho então surgiu
O MST entrou na história
Unificando nosso Brasil

Nosso Brasil é muito extenso
Com terras latifundiárias
O MST numa luta intensa
Proporciona a Reforma Agrária

As terras são divididas

Pra propiciar a Agricultura
E os sonhos de muitas vidas
Conquistaram novas culturas

Perante grandes conquistas
Que o MST adquiriu
Nosso povo se felicita
No assentamento 17 de abril

Assentamento que foi conquistado
E marcado pela insensatez
19 corpos foram tombados
No massacre de 96

Muito sangue derramado
Naquela tarde cruel
O mundo ficou chocado
Mas pro governo foi um troféu

Na curva do “S” dessa estrada
O massacre marcou a cidade
As marcas não serão cicatrizadas
No Brasil ferido pela impunidade

Impunidade que permanece
Celebrar a justiça é nosso plano
E nos mutilados que nunca esquecem
Da crueldade daqueles tiranos

Em 2015 vamos celebrar
19 anos de comoção
E a impunidade vai continuar
Pra destruir nossa nação?

Neste poema há uma justaposição de significados e intencionalidades que vão dos mais aparentes aos mais profundos, sendo que estes últimos parecem desaparecer, em importância analítica, quando se estuda os poemas dos membros do Movimento. No que concerne ao olhar dos pesquisadores que procuram entender a poesia do Movimento por seus traços políticos, o poema acima cumpre as três funções às quais já aludimos, sendo estas as camadas mais externas de sua poética. Neste caso, a memória traumática e a ênfase na luta pelo fim da impunidade estão articuladas aos níveis de estética política mais superficiais, a saber, aqueles que reivindicam o trauma como precursor da linguagem de denúncia: ‘as marcas não serão cicatrizadas/ no Brasil ferido pela impunidade’. Além disso, esse poema traz um tom trágico, especialmente na segunda metade, que nasceu de fragmentos de memória do grupo que sobreviveu ao massacre e que permite ao poeta associar o texto às circunstâncias, imprimindo, assim, o sentido político ao poema e promovendo, ao mesmo tempo, um retorno à história do massacre.

Queremos, contudo, voltar-nos a um dos níveis que entrevemos como mais profundo nesse poema e que, apesar de estar articulado ao trauma, aponta para o âmago do poeta e de sua relação com o incompreensível. O fragmento diz: 'Assentamento que foi conquistado/E marcado pela insensatez'. Na figuração poética do trauma, vemos que Charles emprega uma linguagem restrita e, neste sentido, poderíamos imaginar ser fruto ora de um vocabulário limitado pelo engajamento ora da impossibilidade da tradução do sofrimento em palavras.

Porém, o termo insensatez presente no texto vai além desses argumentos, pois quebra a tentativa de explicar os acontecimentos como crime, como parte da política do latifúndio e insere, no poema, a ideia do *banimento da razão* como a motivação da própria poética, pois se a realidade é insensata, somente a poesia pode reintroduzir o sentido do mundo. Talvez, neste ponto, possamos aproximar a poética de Brecht e de Charles para além da intencionalidade política, posto que ambos lidam, em si mesmos, enquanto autores, com temas que somente à luz de uma sensibilidade histórica profunda pode ser apreendida. Para Brecht, no entanto, este momento já chegou, para Charles, por outro lado, ainda não.

Ser sensível a determinado tema envolve muitas questões e, nesta direção, sobre a poesia de Charles, a insensatez joga menos com o determinante revolucionário, elemento forte e presente em sua estética, e mais com o *mundo chocado*, seu mundo interior, incapaz de operar linguisticamente, o que nos reporta ao que diz Sarlo, sobre a lógica do movimento em sincronia com sua *inconsolável perda*, daí a dualidade mal amarrada entre: cicatriz/impunidade. Por outro lado, é este mesmo olhar sensível, que produz a emergência, em uma ordem profunda, operando ruptura, que faz o poema se tornar o que é também: um artefato do poeta, uma criação, um objeto/poema que, parafraseando João Cabral, é capaz de provocar emoções no espectador/leitor.

Nesse caso, com em outros, a poética engajada dos membros do Assentamento 19 de Abril transcende o grafado em papel, estendendo-se aos rostos dos sertanejos castigados pela vida. Marcados no corpo, suas figuras misturam sutilmente, de um lado, dor, medo, coragem e uma vaga luz de esperança e, por outro, também expressa o orgulho pela terra conquistada, embora ainda lhes falte a infraestrutura e condições necessárias para o sonhado objetivo de 'viver bem'. Pensar a trajetória poética desse grupo é conseguir recompor o caminho do sofrimento e da denúncia, pois a situação dos sobreviventes continua grave, afinal,

mesmo tento adquirido uma terra, as sequelas físicas e psicológicas deixadas pelo horror do massacre agora acompanham suas vidas. A falta de tratamento médico, o abandono por parte do Estado, a punição irrelevante dos responsáveis, o estigma experimentado na relação com outros seguimentos sociais, a própria luta que tem que continuar, tudo isso acaba mantendo presente de forma enraizada os sofrimentos das vítimas.

A poesia, nesse sentido, está imbrincada à realidade e a angústia é fomentada pelo sentimento trágico do mundo. Propor a cognoscibilidade dessa poética talvez seja enxergá-la como desnaturalização da língua e, conseqüentemente, também dos cânones, como propõe Barthes (1977). Certamente é propô-la como memória do massacre, mas também é concebê-la como um instrumento de crítica à visão limitadora de arte, de literatura ou de poesia. Apesar do difícil e limitado exercício de enfrentamento de algumas ideias canônicas que realizamos neste texto, algo que talvez incomode mais a nós do que ao campo de estudo, pensar a poética dos movimentos sociais é, sobretudo, pensar a construção de um espaço próprio, cujas dinâmicas internas e externas respondam não apenas à ordem da luta política, mas à ordem da imaginação. Algo a que estamos nos lançando.

Através desses poemas é perceptível como esses sujeitos procuram reconstituir o passado através dessa memória traumática e como dão ênfase a fato de “as marcas não serão cicatrizadas” e que o Brasil é ferido pela impunidade e se perguntam se a impunidade vai continuar “Pra destruir nossa nação?”, ou seja, essa literatura que é produzida por esses sujeitos, um tipo de literatura muito específica traz um gênero trágico que nasceu de fragmentos de memória do grupo que os permitem associar o texto ao contexto explicando o sentido da obra e promovendo um retorno à história do massacre, portanto esse retorno permite não só contar a história mas também vivenciá-la.

Percebemos que a simbolização do evento implica a reconstrução de um espaço simbólico, como o monumento que foi construído pelos sobreviventes e homenagem as 19 vítimas do massacre que ao invés de adquirir uma imagem calcada, chata e advinda do choque do trauma o monumento passa então a adquirir uma tridimensionalidade de simbolização e principalmente de resistência a Estado e latifúndio. Por tanto como nos Marcio Seligmann (2008) “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção das metáforas, tudo trabalha no sentido de dar essa

nova dimensão aos fatos antes enterrados”, ou seja, o sobrevivente está submetido a um duplo vínculo do passado com o presente.

3.2. A História da Poética no Movimento.

Para Cléria Botêlho da Costa (1999), o imaginário pode ser entendido como materialidade e ficção e como significação que os homens conferem ao mundo. E tanto a música como a poesia possibilitam aos leitores uma viagem pelo imaginário do grupo, posto que a literatura e a música são formas de conhecimento do mundo que fazem explodir as estruturas fixas do pensamento estimulando uma imaginação poética e criativa no sujeito e isso permite conferir magia as palavras, partindo dessa inspiração a autora nos diz que: “Comumente em nossa sociedade as pessoas acreditam que produzir poesia, escrever crônicas é privilégio de algumas pessoas “iluminadas”, que dominam os códigos da escrita por pertencerem a certas camadas ou classes sócias privilegiadas [...]” (BOTÊLHO, 1999, p.16). Segundo Botêlho, esse pensamento de que fazer poesia é algo exclusivo de letrados são traços do pensamento científico do século XIX, no qual a literatura era atribuição dos românticos do renascimento.

Portanto, se pensarmos como praticas dos letrados, a produção oral do movimento do sem-terra – MST será apreendida como não poética, como exercício não literário, pois não é produzida por poetas de profissão, mas por trabalhadores rurais, que em sua maioria não dominam os códigos da escrita e entre muitas outras atividades, fazem poesia [...] (BOTÊLHO, 1999, p. 16)

Como já vem sendo frisado esses trabalhadores são capazes de expressar os seus modos de viver, as experiências sociais, psicológicas, são criações de homens que recriam suas vidas. Mas com relação a essa dominação de códigos da escrita Todorov nós fala:

O emprego metafórico de que usufruem termos como “linguagem”, “gramática”, “sintaxe” etc. faz-nos esquecer habitualmente que estas palavras poderiam ter um sentido preciso, mesmo quando não dizem respeito a uma língua natural. Já que nos propusemos a tratar de “gramática da narrativa”, devemos precisar inicialmente que sentido toma aqui a palavra “gramática”. (TODOROV, 2006, p. 135)

Sendo assim, precisamos pensar e analisar a linguagem do trabalhador enquanto uma estrutura fora da própria linguagem reconhecida. A forma escolhida

pelo trabalhador é a única possível, uma poesia que não traz só sentimentos, mas significações, “a obra literária não tem uma forma ou conteúdo, mas uma estrutura de significações cujas as relações é preciso conhecer. ” (TODOROV, 2006, p.78). Nesse sentido Cléria procura entender a poesia dos trabalhadores como um símbolo do MST: [...] a poesia, a música e toda a literatura produzida oralmente é símbolo porque implica significados manifestos imediato. Tem um aspecto que nunca é de todo explicado nem por seus criadores. Sua interpretação ultrapassa os limites de nossa razão [...]” (BOTÊLHO, 1999, p. 23). Aqui cabe a seguinte fala de Todorov:

Existe outro argumento muito divulgado contra a introdução de princípios científicos nos estudos literários. Dizem-nos, nesse caso, que a ciência deve ser objetiva enquanto a interpretação da literatura é sempre subjetiva. Em minha opinião, essa oposição brutal é insustentável. O trabalho do crítico pode ter diferentes graus de subjetividade, tudo depende da perspectiva que ele escolheu. Esse grau será muito menos elevado se ele tentar identificar as propriedades da obra do que se ele procurar a significação de determinada época ou determinado meio. Aliás, os diferentes estratos da obra deixam-se identificar com grau desigual de subjetividade. Haverá poucas discussões sobre o esquema métrico ou fônico de um poema; um pouco mais, sobre a natureza de suas imagens; ainda mais, sobre as unidades semânticas superiores. (TODOROV. 2006, p. 83)

Então esses trabalhadores vão silenciosamente criando a sua literatura, e a transformando em símbolos e construindo sua identidade política, uma vez que o símbolo adquire também uma função política, como fato de trazerem a todo momento na narrativa poética o próprio MST, a terra, e os sujeitos que possuem uma memória marcada no grupo e que são símbolos de luta, “[...] a expressão simbólica da poética oral dos sem-terra mostra como apreendem a experiência que enfrentam no dia-a-dia, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, ora resistindo, ora se submetendo numa relação contraditória a qual entendo como experiências de lutas. [...]” (BOTÊLHO, 1999, p. 25).

Entendemos a poesia aqui como uma narrativa que contam com elementos como, personagens, enredo, ações etc. Nesse contexto Botelho, nós fala dos poemas denúncias:

Os poemas-denúncia representam parte significativa da produção poética dos sem-terra. Por meio desses poemas, mostram a sociedade brasileira e ao mundo seu cotidiano na luta pela terra, o que constitui um móvel para a continuidade da luta. Geralmente são produzidos pelas lideranças ou por agricultores que já integram há algum tempo grupos do MST. Entre esses poemas de denúncias, posso ainda destacar aqueles que se referem a

situação de exploração em que vive o agricultor no país. [...]. (BOTÊLHO, 1999, p. 29)

A arte é como uma manifestação coletiva, sabemos que ela expressa o contexto social que o originou. A poesia produzida conta as lutas vivenciadas pelos sujeitos na terra e pela terra. Todo artista possui uma espécie de liberdade de criação e os seus temas, motivos e valores são sugeridos pela sociedade e seu tempo onde o compromisso maior é com a transmissão da memória, tanto ao grupo como a sociedade de modo geral. Esses poemas são considerados poemas denúncias porque trazem os acontecimentos e o desenrolar das lutas em que estão inseridos. Vejamos o poema abaixo:

Moroso, o tempo encurrala a ponteiro
Atravessa a pastagem avulso como uma folha
Antes de passar a nuvem, abrigo do silêncio.

O tempo é o inimigo do homem
O tempo é o castigo de Deus.
Um rosto pastoso gemendo além
Guardando os indícios da eternidade
Tremulo e inútil.
O tempo é a profanação da carne
Do que vive de remendo
Do que morre em desmemoria

Moroso, o tempo encurralou teu corpo noutra corpo.
Não houve tempo para os 19. Para o poema, não houve tempo.
Para um hormônio breve. Para um transporte na brisa.
Uma fuga. Um único desespero.

Tua sandália, Oziel imprecisa no tamanho de crescer,
Inconstante na cor de parecer, gelou-se na poça vermelha
Poça de noite misturada em 19 tons.
Quando os 19 homens sobem as montanhas
Para chutar as nuvens, como deuses.

Hoje o teu jogo será soprar estrelas
Essas que apagam. Para que não.
Para que fumeguem ainda na vazante do escuro
Até amanhecer...
(Jelson Oliveira)²⁰

Este poema foi encontrado no “Memorial dos Mártires da Terra” produzido pela CPT no ano de 2001. Vemos que nesse poema se desmitifica a imagem do campo de fatura e o apresenta como um espaço de luta, onde impera a pobreza, a violência e principalmente a injustiça, “gelou-se na poça vermelha poça de noite

²⁰ Memorial dos mártires da terra – 2001 – CPT.

misturada em 19 tons. Quando os 19 homens sobem as montanhas para chutar as nuvens, como deuses”.

É necessário considerar os poemas como um gênero discursivo, pois cada um deles desenvolve um tipo de enunciado específico. O poema acima chama atenção porque traz uma linguagem própria que expressa realidade que é cada vez mais manifestada, apresenta uma linguagem que faz referência a luta social do movimento e enfatiza que a missão de Oziel é não deixar a memória do grupo morrer “Hoje o teu jogo será soprar estrelas. Essas que não apagam”, portanto vemos que o poema suporta vários enunciados que articulam o legado dos 19 que se foram.

Outro aspecto do poema que chama atenção é o fato do poeta se reportar ao tempo, “Não houve tempo para os 19. Para o poema, não houve tempo. ”, se pensarmos no contexto o massacre ocorreu de forma rápida com duração de pouco menos de uma hora em um único dia, mais isso não significa dizer que o ato não foi planejado, como já foi dito acima o massacre foi um massacre anunciado.

Este poema articula um conjunto de elementos que ajudam na representação dos ideais dos militantes, eles conseguem expor valores sociais que contribuem para a humanização dos sujeitos, uma vez que está expressando aquilo que faz parte de sua vida no contexto social da luta. Diante de tudo isso que aqui foi dito, sabemos que os poemas possuem um objetivo, a linguagem poética mexe com os sujeitos pois os faz refletir sobre sua própria condição social, muitos dos poemas retratam momentos em que o grupo teve grandes perdas, como a morte de companheiros.

Segundo Antônio de Jesus:

Vimos, por meio das entrevistas, a história de luta dos trabalhadores sem-terra sendo narrada, além de serem afirmadas as bandeiras de luta que o grupo assumiu, por meio das místicas. Os poemas nas místicas do MST retratam momentos em que o grupo teve grandes perdas, como as mortes dos seus companheiros de luta. No trecho da entrevista acima pode ser verificado que os poemas, por vezes, falam do massacre de Eldorado dos Carajás – um dos acontecimentos mais marcantes para o movimento no Pará. Assim, as lembranças dos conflitos e das tragédias são refletidas nos poemas que circulam nas místicas do MST. E isto serve para denunciar o massacre dos trabalhadores sem-terra ocorrido em Eldorado dos Carajás, em 1996, além de outros acontecimentos que fazem parte da história do movimento. (JESUS, p.116)

Devemos entender que a literatura é além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, ou seja, é a possibilidade de registro do movimento que está realizando o homem em suas visões de mundo, isso possibilita o historiador assumi-la como espaço de pesquisa.

Muitos dos sujeitos narram o massacre através da poética porque se trata de uma representação aguda da transmissão de discursos. Segundo a historiadora Sandra Jatay Pesavento:

A literatura apresenta, neste aspecto, a vantagem de ser explícita, legítima e, ao mesmo tempo, de pouca consequência, pois é claro para cada um que não se poderia conceder fé e ficções! A literatura é assim a boa filha do historiador, sempre a servir, se for preciso, ou silenciosa, se necessário. Ela é então um objeto particularmente útil no momento de pensar ou não de não pensar os movimentos que agitam, ainda que implicitamente, os personagens da história. (PESAVENTO, 2004, p.115)

A narrativa literária sempre trabalha com possibilidades assim como a história, no entanto desejos, frustrações e traumas são recuperados por ela. Ela vai falar ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não se concretizaram, a literatura acabará sendo um testemunho triste dos que foram vencidos pelos fatos.

3.3. Oziel o Zumbi do Pará e sua Relação Mística com o Movimento.

A imagem amada, a temida, tende a perpetuar-se virando ídolo ou tabu, como a figura de Oziel Alves que virou um ídolo, aliás um mártir e a sua forma ronda a narrativa do grupo e isso fica perceptível em vários poemas que foram escritos onde a maioria são em sua homenagem. Veja o poema abaixo:

Salve Oziel Alves Pereira,
Salve Zumbi do Pará.
Salve a Raça Brasileira,
E a determinação do seu lutar.
Salve o ideal trabalhador,
E a necessidade de plantar a terra.
Salve o Oziel Agricultor,
Comandante e senhor da Guerra.

Salve o Zumbi destemido.
Heroico e ameaçador.
Sem medo e decidido.
Merece todo louvor.
Pelas massas consagrado.
Não se deixou acovardar.

Por Deus Abençoado.
Pra sempre vamos lembrar.

Salve Oziel Pereira.
Humilde mais lutador.
Salve a alma Guerreira,
O Homem pobre sem temor.
Traz a luz reveladora,
Enfrenta a repressão com pau.
É a vida salvadora,
Sempre armado de ideal

Salve Oziel, és Brasil,
És Justiça, és Dignidade.
Dezessete anos tão varonil.
Esperança no Campo e na Cidade.
És força pra nossa união,
Pra Juventude és alento.
És Boa Vontade e comunhão.
És beleza todo momento.

Salve Oziel Alves Pereira
Para salvar a nação.
Tens a coragem primeira.
Estás em cada cidadão.
Redime a nossa gente,
Defende a todos explorados.
Ressurge Zumbi valente
Santo Guerreiro Encarnado.

Salve Zumbi nascedor.
Revive em seu povo.
Iluminado e cheio de amor.
Anuncia um Brasil Novo.
Vem resgatar a terra.
Vem escrever nossa História.
Comanda os Anjos de Guerra,
Traz a liberdade e glória.

É Hora de organizar.
Não conter mais a expressão.
Sae incorporar no lutar.
É hora de Transformação.
Hora sagrada de consciência.
Hora sagrada pra unir.
Covarde vivo é indecência.
Cada um de nós é Zumbi.

Salve Oziel Alves Pereira
Salve o Zumbi do Pará
Alma amiga Brasileira.
Pra fazer nos irmanar
Por nossa terra e nossa gente.
Em Eucaristia dando a mão.
No Povo está o Cristo presente
A nossa Felicidade por união

(Azair Filho e Turmas: do Social da Unicamp e, de Amigos: de Rocha Miranda, Rio, RJ e, de Mosqueiro, Belém, PA.)

Sabemos que Zumbi dos Palmares é um símbolo da memória social da resistência negra à escravidão, foi um dos líderes dos Palmares uma comunidade livre formada por fugitivos. Zumbi é considerado um dos grandes líderes de nossa história, um símbolo de resistência contra a escravidão e destacou-se por ser um grande guerreiro. Vemos que no poema Oziel é comparado a Zumbi dos Palmares “Salve Oziel Alves Pereira. Salve o Zumbi do Pará”, justamente por ter sido também um grande líder.

Zumbi dos Palmares se destacou por ser forte, guerreiro e principalmente por sua personalidade de liderança. Oziel não é muito diferente, desde cedo sempre esteve no movimento e aos 17 se torna líder, ele possui a determinação para lutar, o ideal trabalhador, era um agricultor “comandante e senhor da guerra”. Zumbi durante o período escravista no Brasil empenhou-se na luta contra o sistema, contra a opressão que impunha o trabalho compulsório. O movimento acredita que o Zumbi dos Palmares renasce em Oziel já que possui o mesmo espírito de luta “Ressurge Zumbi Valente. Santo Guerreiro Encarnado. ”, é na verdade uma analogia e uma figuração mítica.

Esse poema é na verdade uma produção de sentido contra-ideológico, é uma forma de resistência simbólica aos discursos dominantes.

Para Alfredo Bosi:

A resposta ao ingrato presente é, na poesia mítica, a ressacralização da memória mais profunda da comunidade. E quando a mitologia de base tradicional falha, ou de algum modo já não entra nesse projeto de recusa, é sempre possível sondar e remexer as camadas da psique individual. A poesia trabalhará, então, a linguagem da infância recalçada, a metáfora do desejo, o texto do Inconsciente, a grafia do sonho. (BOSI, 1977, p. 150)

Nesse sentido a poesia aqui parece condenada a dizer apenas os resíduos de paisagem, de memória e de sonho que a indústria cultural ainda não conseguiu manipular para vender. O poeta é em um doador de sentido, e ao comparar Oziel ao Zumbi dos Palmares, está criando toda uma ideologia e memória para esse grupo, ideologia essa pautada na resistência, na humildade, na alma guerreira e na coragem de um povo que não se deixa vencer pela opressão. O menino Oziel é também uma inspiração para juventude do movimento, “és força pra nossa união/ pra juventude és alento. ”, Oziel era um menino de apenas dezessete anos, um jovem que poderia viver sua juventude de tantas outras formas, mas escolheu a luta

pela terra, escolheu ser liderança e por isso no movimento é uma inspiração na juventude.

Zumbi não é apenas uma lenda, ou um mito é também um exemplo de luta. Um jovem pobre, oprimido, mas com uma liderança e espírito de luta, assim como Oziel, que para o grupo, defende a todos os explorados e ressurge como Zumbi valente.

Sabemos que são poemas que articulam o indizível e o invisível e designam todo um processo de luta introduzindo um laço que mantém os sujeitos ligado a terra fazendo disso um aspecto que irá caracterizar a identidade do grupo, denunciando as mazelas da sociedade e revelando a dimensão social da vida de quem mora no campo.

O poema acima é construído de ritmo e rima que estabelece uma harmonia em todos os versos, os versos não seguem um padrão, pois não existe uma preocupação métrica, a única preocupação que parece haver é em expressar a sua visão e os seus sentimentos. Diante disso é possível afirmar que cada um dos poemas possuem um estilo próprio que não seguem regras e que tem em comum o fato de manifestarem algo, uma relação entre o dominado e o dominante e um discurso que convida os sujeitos a não aceitarem essa condição social de sujeitos marginalizados, explorados e subjugados.

A linguagem que o MST tem construído através da poesia, novos valores sociais da vida dos trabalhadores e contribui para a formação de cada militante. A linguagem que surge no movimento é construída pela música, pela poesia, pelo corpo etc., e como já foi dito serve para manifestar a ideologia do grupo. A poesia, é uma dentre os vários gêneros que o movimento trabalha como uma forma de mística que leva emoções para a vida daqueles que lutam e por outro lado despertam sentimento de indignação por mostrarem a realidade dos fatos. Os significados dados aos poemas surgem conforme as experiências dos sujeitos, que são construídos nas relações sociais. São como histórias de vida que devem ser contadas para o povo e devem ser vistos como um diálogo que traz várias vozes de denúncias.

Antônio de Jesus Pereira (2014) ao escrever sobre as linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica, ressalta que, “Os grupos formam seus intelectuais a partir da assimilação de sua ideologia. Isto tem feito o MST construir os espaços para instruir os sujeitos, a fim de levar até eles a

oportunidade de fazer a diferença na luta por seus direitos. ” (PEREIRA, 2014, p. 135), ou seja, o movimento tem focado na alfabetização e formação de seus sujeitos politicamente, para que os valores e os princípios do movimento organizado não sejam esquecidos.

A tendência dos grupos sociais é de forjar seus quadros de intelectuais. Mas isto não basta, os mesmos são classificados conforme a necessidade do grupo. Além disso, os intelectuais que são forjados na luta dos trabalhadores têm características diferenciadas dos intelectuais criados pelos empresários, visto que estes têm interesses próprios, já os formados pelo movimento de luta têm como base o interesse de um coletivo ou uma comunidade. (PEREIRA, 2014, p. 138)

Portanto os intelectuais forjados na luta têm compromisso com a luta e com o povo de forma coletiva, ressaltando elementos que reúnem o lado histórico, o social, o político e as experiências dos sujeitos.

Vemos que há a construção mística do herói no imaginário do grupo, através da dramatização de um fato. No poema, há uma representação social de dois heróis, Ganga-Zumba como um herói solidificado e Oziel como um mártir para o movimento, ambos compõem uma narrativa mística do “drama”. Ambos são figuras fundamentais na produção da narrativa das massas e que exercem um enorme fascínio na comunidade.

A narrativa em torno de toda figura de um herói fala da luta, da superação de obstáculos e da redenção e glória de um povo, como já foi dito no capítulo anterior. Oziel acaba por transformar o universo dos sobreviventes em terreno para a produção de mitos, ritos e narrativas relevantes para o grupo. Tanto Oziel quanto Ganga-Zumba são paradigmas dos anseios sociais e através das narrativas de suas trajetórias de vida, uma cultura se expressa e se revela. O menino Oziel garante sua imortalidade pela lembrança e pela recordação, ele é, portanto, a fonte de identificação imaginária do grupo, ou melhor dizendo, a fonte de identidade coletiva.

Esses poetas entendem que a poesia enquanto expressão artística não se esgota em si mesma, ela não deve ser apenas perfeita e técnica, eles a usam para alcançar um objetivo, o que faz a poesia não ser neutra. Esses poetas engajados do MST têm consciência que estão comprometidos com a causa, ser engajado aqui é saber se posicionar a favor de um dos lados da luta. A política assume um papel importante na composição desses poemas, esses poetas reconhecem o poder do discurso como um instrumento que possibilita transformações sociais.

A poesia, nesse sentido, está imbrincada à realidade e a angústia é fomentada pelo sentimento trágico do mundo. Propor a cognoscibilidade dessa poética talvez seja enxergá-la como desnaturalização da língua e, conseqüentemente, também dos cânones, como propõe Barthes. Certamente é propô-la como memória do massacre, mas também é concebê-la como um instrumento de crítica à visão limitadora de arte, de literatura ou de poesia. Apesar do difícil e limitado exercício de enfrentamento de algumas ideias canônicas que realizo neste texto, algo que talvez incomode mais a nós do que ao campo de estudo, pensar a poética dos movimentos sociais é, sobretudo, pensar a construção de um espaço próprio, cujas dinâmicas internas e externas respondam não apenas à ordem da luta política, mas à ordem da imaginação. Algo a que estou me lançando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio do Massacre de Eldorado do Carajás não é um caso isolado, ou um evento “inusitado” como foi tratado por parte do Jornalismo no país. Ao contrário, é um continuo de outros massacres que marcam a história de luta dos sujeitos que compõem esse campo conflituoso em busca da terra. Investigar, especificamente, tal episódio me possibilitou compreender que o significado da terra e da luta pela terra vai além das questões políticas e ou territoriais e até mesmo além da dimensão indenitária que delinea e orienta novas perspectivas de mobilização e luta.

Os sujeitos que participaram deste evento estão continuamente construindo novos instrumentos que lhes permitam a continuidade da luta. Instrumentos práticos de resistência, mas também instrumentos simbólicos, como o monumento construído em homenagem as 19 vítimas do massacre, a própria narrativa re-ativada pelos enunciados poéticos, as músicas do MST, tudo isso compondo a “mística” do movimento. Partindo dessa compreensão é que me propus a problematizar a narratividade vazada por esses sujeitos por meio dos poemas que foram escritos por sobreviventes do massacre onde a dor é sempre transmutada em memória e a poética é mobilizada como instrumento para a veiculação dessa memória. Uma pós-memória traumática que estabelece pontos de inunção com uma memória social, propriamente dita que problematizadas em conjunto me possibilitou enxergar os sujeitos tanto em sua dimensão social quanto em sua dimensão mais “intimista” especialmente ao me acercar das suas produções poéticas.

Investigar as narrativas sobre o episódio em tela revelou que a violência na região acaba sendo um instrumento para a repressão institucionalizada, uma violência que assume diferentes formas, violência contra o corpo, contra a dignidade da pessoa humana, contra os direitos, e, assume também a forma da impunidade que é uma violência que perpetua os efeitos das injustiças. Uma violência política que se expressa através de uma dominação de uma classe sobre a outra no campo, e que se traduz, não raro, em uma violência simbólica que é vazada por diferentes discursos e enunciados.

Pensar nos enunciados poéticos é considerar os seguintes pontos, “por quem?”, “para quem?” e “qual o objetivo?”. Levar em consideração esses fatores é fundamental para que se compreenda os traços ideológicos dos sujeitos e sua percepção de mundo. Os poemas devem ser entendidos como narrativas que, para além de trazerem o processo histórico, revela também características próprias de

uma narrativa literária que deixa vaziar questões de política, sociais, filosóficas e linguísticas que expõe uma determinada estrutura de sentido.

Esses sujeitos refletem sobre o seu contexto social, no caso em questão, os poemas serão sempre “poemas-denúncia” das mazelas sofridas pelos trabalhadores rurais. São sujeitos que produzem uma literatura popular e engajada que tem o papel fundamental de contar uma história e de se fazer um resgate cultural de seus valores.

No entanto é necessária ainda uma reflexão maior e mais ampla sobre a significância da poética na vida desses sujeitos, pois esses poemas relatam o que o discurso histórico não contou ou ocultou. Pensar a poética do MST é revelar não só dimensões do discurso identitário, mas também as representações que se constroem em torno de todo esse processo.

Portanto, os sobreviventes desenvolveram uma narrativa composta por signos que dão ênfase à luta pela terra por um lado, e por outro, ao trauma que ainda cerca a vida de muitos, a poesia vem então como uma forma de libertação da experiência traumática para que a luta continue. Ora cultivando a memória do massacre, Ora transgredindo-a colocando-se no presente e construindo narrativas que podem, em certa medida colocar em xeque uma visão limitadora de arte, de literatura ou de poesia.

FONTES UTILIZADAS

BRELAZ, Walmir. *Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás*. Edição do autor, 2007.

Boletim do Deser – Conjuntura Agrícola – Nº 70. O “Elevador”, a luta pela terra e o governo FHC. 1996.

COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e Conflito: Dez anos de Disputa pela Terra em Eldorado do Carajás*. 1999. 247f. Dissertação (Mestrado em Estudos Amazônicos) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

CPT. *Em memória dos 19 Sem-Terra assassinados em Eldorado do Carajás em 17 de abril de 1996 e em memória do dois líderes Sem-Terra assassinados em Parauapebas em 26 de março de 1998* – Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conceição do Araguaia, 17 de abril de 1998.

ISTOÉ: *Julgamento dos acusados pelo massacre de 19 sem-terra no Sul do Pará se transforma em guerra entre polícia, governo e MST*. 18 de agosto de 1999.

MST. *O Massacre de Eldorado do Carajás: A construção da Impunidade – Processos Criminais: Uma análise crítica sobre o atual estado dos processos criminais relativos ao massacre*. Marabá, 17 de setembro de 1996.

NEPOMUCENO, Eric. *O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editor Planeta do Brasil, 2007.

O LIBERAL: *Eldorado: Julgamento do caso previsto para março*. Belém, 03 de fevereiro de 1998.

O LIBERAL. *A voz do leitor: Eram os sem-terra ou a PM?* Belém, 24 de abril de 1996.

PODER JUDICIÁRIO, Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Comarca de Curionópolis. *Carta Precatória*. Curionópolis, 02 de agosto de 1997. DIÁRIO DO PARÁ: *Processo não fala em desaparecidos*. Belém, 28 de dezembro de 1997.

Poemas em Memória ao Massacre de Eldorado do Carajás, Disponível em: <xa.yimg.com/kq/.../Poemas+em+memoria+ao+Massacre+de+Eldorado+dos+Carajás.s.de.Eldorado> Acesso em: 18 fev de 2017.

Setor de Direitos Humanos. *O massacre de Eldorado do Carajás, Pará – Brasil*. 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011 – (Clássicos Edipro)
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 13 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 3, nº. 1, Verão 1998.
- CALDART, Roseli S. *Sem Terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARVALHO, Tereza Ramos de. *Personagens em Trânsito*. 1. ed. São Paulo: livrus, 2013. v. 400.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.
- COSTA, Cléria Botelho. *A arte silenciosa do movimento dos sem-terra*. In: COSTA, Cléria Botelho & MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e história*. Brasília: Paralelo, 1999.
- DIEHL, Fernando. O uso do conceito de estigma para compreender a discriminação contra o imigrante haitiano no interior do Rio Grande Do Sul. *Revista Café com Sociologia*, v. 2, n. 2 – 2015. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/510>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- EAGLETON, Terry. *A Ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1993.
- ECO, Umberto. *As Formas do Conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- _____. *Lector in Fábula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FOCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FICO, Carlos. *História do presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro*. *Revista VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FREITAS, Leandro César de Albuquerque. *Ecossistemas bucólicos: relações entre as Bucólicas de Virgílio e a primeira parte da Marília de Dirceu de Gonzaga*. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) Programa em Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2008.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia – A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos*. Editora Universitária UFPA. Belém, 2004.

HERRERIAS, Priscilla. *A poética dramática de Tchekhov: um olhar sobre os problemas de comunicação*. 2010, 126f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura Russa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCUSE, Herbert. *Dimensão Estética*. Lisboa: Edições 70, 2017.

MAGALHÃES, H.G.D. SILVA, L.H.D. BATISTA, D.J. *Do herói ficcional ao herói político*. *Ciência&Cognição*, 2007, vol.12: 18-30, out. 2007.

MEDEIROS, Euclides Antunes. Representações e Violência acerca dos Sertões e do Sertanejos na Região do Vales dos Rios Araguaia e Tocantins no século XIX. In: Simpósio Nacional de História Cultural, 2013, Natal/RN. ANPUH, 2013, p. 6 e 14.

NUNES, Tânia T. S. A Poética da Dor em Nós-outros de Joao Gilberto Noll. *Revista icarahy*. UFF, nº3, 2009. Acessado no site <http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/index.php?item=dliteratura&edicao=3> em 25/01/2016.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, dez, 1993.

OZIEL ALVES PEREIRA O ZUMBI DO PARÁ Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/oziel-alves-pereira-o-zumbi-do-para>. Acesso em: 25. Novem. 2014.

PAZ, Octavio. *O Arco e a Lira*. Tradução de Olga Savary. 2 eds. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Antônio de Jesus. *As linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica*. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado em performances culturais) – Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade de Goiás, Goiânia, 2014.

PIGNATARI, Décio. *O que é a comunicação poética*. 8. Ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SARTRE, Jean Paul. *Que é a Literatura*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SILVA, Márcio Seligmann. *Narrar o Trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. In: PSIC. CLIN. Rio de Janeiro, Vol. 20, n.1, p. 65 - 82, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. São Paulo: Cutrix, 1968.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas*. *Locus: Revista de História*, v. 3, nº 1, p. 84-97, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.